

Dissertação de Mestrado

O projecto ALBA: equilibrando um mundo
desequilibrado

Novas dinâmicas de integração, novas abordagens securitárias.

Orientada por: Prof^a. Doutora Maria Raquel de Sousa Freire

Mestrando: Pedro dos Reis Nunes

Estudante Nº 20021933

Coimbra, Julho 2009

Dissertação elaborada no âmbito do programa de Mestrado em Relações Internacionais, especialização em Estudos da Paz e da Segurança, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Ao Daniel e à Margarida.

Agradecimentos

Gostaria de começar por esclarecer que não pretendo dirigir especiais agradecimentos neste processo que considero uma caminhada tão solitária. As minhas palavras deverão ser entendidas como um acto de contrição.

O meu primeiro pedido de perdão é dirigido à minha família, directa e estendida, pela parca disponibilidade para vos acompanhar de que tenho padecido nos últimos tempos, bem como pelo mau humor e incompreensão resultantes das pressões das datas de entrega e demais compromissos.

Também à minha orientadora, Dr.^a Maria Raquel Freire, e à coordenadora do programa de mestrado, Dr.^a Paula Duarte Lopes, peço absolvição pelo último mês de pressão constante e pelas horas perdidas em aconselhamento ao longo dos últimos anos!

Perante os meus amigos e companheiros desta travessia por Coimbra me penitencio, uma vez que tenho consciência das minhas faltas perante vós e que o suporte social que me proporcionaram nem sempre foi inteiramente correspondido da minha parte.

Peço desculpa ao Dr. Castro Fonseca por da nossa relação profissional sair claramente beneficiado, o que me permitiu realizar-me pessoalmente e prosseguir a minha vida académica.

E por fim, aos grandes mestres da música, que ajudaram a suportar as tediosas noites de escrita, sem que a sua obra merecesse devida apreciação da minha fadiga.

*"Today, the problem is that the glaciers are melting too quickly,
and the ideas that constructed world politics not quickly enough." (Ken Booth, 2007)*

Índice

Introdução.....	- 1 -
Capítulo I – Geopolítica Clássica no contexto Latino-Americano.....	- 6 -
Capítulo II – A política dos EUA para a América Latina: resultado e fomento dos processos políticos autóctones	- 22 -
Dos descobrimentos ao pós Segunda Guerra Mundial – de uma relação colonial ao neocolonialismo na periferia do sistema.....	- 23 -
De Truman a Bush: uma análise doutrinária.....	- 25 -
A tripla derrota e a Revolução Cubana: o esboço de projectos autóctones e de resistência à hegemonia americana	- 36 -
George W. Bush: como um mínimo histórico despoleta uma dinâmica de integração. -	43 -
Capítulo III – Uma interpretação crítica de segurança na América Latina.....	- 46 -
A necessidade de repensar o mapa securitário do Hemisfério Ocidental	- 57 -
Especificidades regionais do conceito de segurança	- 63 -
Capítulo IV – A ALBA: sucessos e fracassos na reestruturação do panorama securitário na América Latina.....	- 69 -
A situação latino-americana e a emergência de uma nova proposta.....	- 69 -
ALBA: membros, objectivos e dimensões.....	- 75 -
Porquê o Socialismo do século XXI?	- 82 -
A Alternativa Bolivariana enquanto acervo securitário	- 86 -
Sucessos na integração e evolução da organização.....	- 89 -
A resposta norte-americana.....	- 92 -
Conclusões	- 95 -
Bibliografia	- 103 -
Anexos	- 119 -
Anexo 1.....	- 119 -
Anexo 2.....	- 120 -

O projecto ALBA: equilibrando um mundo desequilibrado

Novas dinâmicas de integração, novas abordagens securitárias.

Introdução

O paradigma político-económico neoliberal e o fenómeno da globalização colocaram desafios particulares ao desenvolvimento da América Latina. Por constituir uma região com particularidades securitárias, tornaram-se visíveis de forma precoce os novos desafios securitários que surgiriam no pós-Guerra Fria. A aplicação do novo paradigma de segurança humana sofreu um impulso inicial que resultou na constituição de organizações regionais que abordam directamente as suas dimensões (económica, alimentar, na saúde, ambiental, pessoal, comunitária (ou da comunidade), e política).

A evolução do pensamento sobre segurança resultou numa incapacidade analítica de separar o conceito de segurança humana do conceito de desenvolvimento, pelo menos numa perspectiva de análise/conteúdo sustentável, sendo possível discuti-los como um só. O desenvolvimento económico e social na América Latina sempre constituiu um objectivo político central, e como tal, analisar as transformações propostas e em curso, implica também aceitar esta relação de interconexão entre estes dois conceitos intimamente relacionados.

“Segurança humana”, um conceito definido de forma lata, corresponde a uma situação em que a condição segundo a qual as circunstâncias que impedem o desenvolvimento humano são aplacadas. Se as circunstâncias que impedem este desenvolvimento são de natureza económica, o problema da natureza do desenvolvimento económico insere-se no conceito de segurança humana. O desenvolvimento económico tem um efeito *spill-over* para outras dimensões securitárias, ambientais ou sociais, e se este for meramente entendido como crescimento económico, pode constituir uma fonte de insegurança (degradação ambiental, e inadequada distribuição de rendimentos). Na sua dimensão sustentável, o desenvolvimento económico aborda directamente dimensões do conceito de segurança humana, justificando esta profunda relação conceptual.

O conceito de segurança humana tem sido largamente discutido por ser considerado uma proposta substituta do paradigma político-militar que vigora na concepção securitária, informada pela escola realista. Entre os defensores do conceito contam-se duas das mais relevantes escolas de pensamento sobre segurança, a “Escola de Copenhaga” e a “Escola de Aberystwyth”.

A primeira, introduziu a abordagem teórica construtivista no pensamento sobre segurança, constituindo-se como pioneira na abordagem “Crítica” da temática que apresenta como expoentes do seu corpo académico Barry Buzan e Ole Wæver cujo contributo para o estudo da disciplina é abrangente, abarcando desde o conceito de segurança societal, ao processo de securitização e aos complexos regionais de segurança, considerado inquestionavelmente como o mais importante contributo teórico para a disciplina. Já a “Escola de

Aberystwyth” de Ken Booth e Wyn Jones, partindo de uma abordagem marxista, questiona os limites do conceito de segurança humana, e procura expandir o conceito, em busca da realização plena do ser humano, um processo que classificam de “emancipação”. Ambas as “escolas” contribuem, deste modo, para uma visão alternativa da segurança enquanto conceito e prática.

A relação que se estabelece, através deste quadro teórico, entre segurança humana, desenvolvimento, emancipação e dinâmicas regionais, permite a discussão dos fenómenos de integração regional de uma perspectiva securitária. A análise deste trabalho recairá sobre as relações estabelecidas entre estas variáveis no contexto da Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América¹ (ALBA), enquanto processo de integração regional e acervo securitário.

Para estabelecer tal relação é importante contextualizar as dimensões identitárias, fundeadas numa partilha de influências político-culturais e numa desigual relação histórica com os Estados Unidos (EUA), que permitiram a aproximação dos estados com vista à constituição desta organização, bem como as variáveis político-económicas que conduziram o processo. A proposta, abordada no primeiro capítulo, assenta numa análise dos conceitos de “bolivarianismo” e “Nossa América”, propostos por Simón Bolívar e José Martí, teóricos que constituem o eixo ideológico da ALBA, e que desenvolveram o seu pensamento integracionista em oposição às ideias geopolíticas que moldaram

¹ A Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América é composta pelos seguintes estados membros: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Honduras, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Dominica e Equador.

as opções de política externa americana, em particular, as avançadas pelo Presidente Monroe e pelo Almirante Mahan.

No segundo capítulo será estudado o contexto socioeconómico vivido no final do século XX na América Latina, relacionando as opções de política externa dos Estados com as propostas teóricas definidas no primeiro capítulo, e procurando justificar desta forma o surgimento de uma nova dinâmica de integração bem como uma nova abordagem securitária. Esta nova abordagem securitária permitirá desenvolver no terceiro capítulo um quadro teórico que se afasta das abordagens tradicionais (político-militares) de segurança, através do recurso a teorias oriundas da família dos estudos críticos sobre segurança.

O quadro teórico proposto explica a consonância entre as orientações político-identitárias identificadas no primeiro capítulo, a contextualização histórica das relações entre Estados Unidos e América Latina, e as alternativas político-económicas que aí surgem no início do século XXI, justificando o recurso à ALBA como estudo de caso, sobre o qual recairá a análise do último capítulo. Este abordará os processos de integração desencadeados pela ALBA no seu quadro institucional, a sua validade enquanto acervo securitário e o seu contributo para a concretização do conceito de segurança humana e desenvolvimento, e, simultaneamente, se esta nova abordagem securitária produz uma reacção tradicional ou “nova” na política securitária dos EUA.

O estudo argumenta que a ALBA, enquanto processo de integração regional com uma dimensão marcadamente securitária, possui características que a conduziram à integração de princípios conceptuais de segurança humana nos

objectivos da organização, e que esta, fruto da sua herança político-cultural, provoca uma redefinição dos complexos de segurança em que os seus estados-membros se inserem, e um questionamento de modelos político-económicos vigentes. Como conclusão, é possível divisar uma oposição entre projectos de integração continental distintos, um liderado pelos EUA e outro de génese latino-americana, que assentam em programas político-económicos antagónicos, condicionados por um contexto histórico, e que possuem abordagens securitárias divergentes: os EUA arreigados na tradição político-militar, e os Estados latino-americanos enveredando por novos conceitos mais abrangentes.

Teoricamente, esta relação implica uma redefinição dos complexos regionais de segurança do hemisfério ocidental, bem como o estabelecimento de uma reaproximação entre as duas maiores correntes teóricas dos estudos críticos sobre segurança.

Capítulo I – Geopolítica Clássica no contexto Latino-Americano

Após a sua independência em 1776, os jovens Estados Unidos da América encontravam suficientes motivos de preocupação na resolução de problemas internos, para evitarem uma participação activa nos assuntos internacionais. A forte presença de potências coloniais europeias no continente americano inibia os EUA de desenvolverem projectos ambiciosos, e a sua política externa era remetida para um isolacionismo (Pellistrandi, 2000: 171-178).

As convulsões políticas que a Europa irá viver com a Revolução Francesa irão proporcionar aos EUA a possibilidade de gradualmente alterarem esta característica e assumirem o seu papel de potência. Um dos sinais desta transformação reside no pronunciamento do Presidente James Monroe ante o Congresso dos EUA, onde enuncia os princípios daquela que será classificada como a doutrina Monroe, uma das mais importantes traves-mestras da política externa americana, que clarifica o relacionamento entre os EUA e a Europa e simultaneamente com a América Latina.

São as negociações em torno das possessões russas e britânicas no noroeste do continente americano que dão o mote à comunicação presidencial. Monroe define da seguinte forma a posição dos EUA relativamente ao resto do continente ao considerar

(...) propícia esta ocasião para afirmar, como um princípio que afecta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem ser considerados, no futuro, como susceptíveis de colonização por nenhuma potência europeia... (Monroe, 1823)

As motivações desta proclamação são baseadas nos "direitos" e "interesses" dos EUA, e a "condição independente" "assumida e mantida" pelos "continentes" americanos, com o intuito de fazer retroceder a presença europeia no continente. Refere ainda que

Nas guerras das potências europeias em assuntos que apenas a si lhes dizem respeito nós nunca tomámos parte, nem isso se coaduna com a nossa política. É apenas quando os nossos direitos são usurpados ou seriamente ameaçados que nós nos ressentimos dessas ofensas ou nos preparamos para a nossa defesa. Com os movimentos neste hemisfério nós estamos necessariamente mais directamente relacionados (...) (Monroe, 1823)

Recusa pois uma imiscuição Americana nos conflitos europeus mas reserva-se ao direito de intervir no continente Americano por razões de proximidade. Qualquer intervenção europeia no continente é considerada uma ameaça directa à paz e segurança americanas (Monroe, 1823). Monroe faz uma alusão directa à situação política das potências ibéricas, e alerta para a sua intolerância relativamente a qualquer tentativa de restabelecer a tutela colonial sobre os territórios declarados independentes com o culminar do processo revolucionário que varre a América Latina desde o início do século (Monroe, 1823; Pellistrandi, 2000: 171-178).

As declarações do Presidente Monroe deixam antever a constituição de uma larga área de influência política destinada exclusivamente à projecção do poder americano, conferindo simultaneamente a esta área um carácter de "insularidade" que lhe permite obter segurança nas suas fronteiras a Sul (Chaupadre, 2001 *apud* Fonseca e Vlach, 2003: 4), fruto da inexistência de potências hostis aos seus intentos, ou sem capacidade de interposição.

A doutrina Monroe não constitui uma ruptura com a tradicional perspectiva dos Estados Unidos sobre a América Latina. As razões para a sua aceitação enquanto trave mestra da política externa americana podem ser encontradas na visão que os "pais fundadores" construíram para a jovem nação norte-americana.

Alexander Hamilton, escrevia ao senador e diplomata Rufus King, sobre uma proposta que o venezuelano Francisco de Miranda lhe teria feito chegar, acerca da possibilidade de constituir uma aliança entre os EUA, o Reino Unido e a América Latina, contra França e Espanha, considerando que o futuro da América Latina passava pela "independência de um território separado, sob um governo moderado, com garantias de cooperação, e definição de privilégios comerciais iguais" (Kagan, 2006: 122). Hamilton olhava para a América Latina como um lugar onde os EUA podiam concretizar as suas ambições de dominação do comércio transatlântico, e os seus planos passavam por tomar a ofensiva, e sendo assim os EUA a libertar o resto do continente (Kagan, 2006: 123).

Numa carta a James Monroe, Thomas Jefferson escreveu em 1801 que apesar das limitações actuais, um dia a expansão americana não se limitaria apenas ao Norte, mas abarcaria também o Sul do continente, unindo um povo sob a mesma língua, lei e governo (Kagan, 2006: 127). A proposta de dominação hemisférica seria a forma de os EUA afirmarem não só a sua independência da Europa, mas também a sua grandeza, e o seu papel como potência mundial. John Adams, o segundo Presidente dos EUA, e grande opositor político de

Hamilton, compartilhava em larga medida a sua visão sobre o hemisfério ocidental. Estava, por exemplo, perfeitamente consciente das vantagens geopolíticas e económicas do domínio das Caraíbas, em particular de Cuba, que Mahan iria mais tarde analisar. Mantém uma ideia de “expansionismo em aberto”, como a doutrina Monroe, que conduziria à criação de um império continental, liderado pelos EUA (Kagan, 2006: 140; 179). Esta perspectiva pode ser consubstanciada pelo “travão” posto pelos EUA ao projecto para a libertação de Cuba proposto pelo México e pela Colômbia (Kagan, 2006: 206).

A ideia de criar um sistema inter-americano parte do senador Henry Clay. Inicialmente constitui uma mera proposta de construção de infra-estruturas que permita uma aproximação do continente (estradas e canais), para que o comércio hemisférico seja mais facilmente conduzido até aos EUA, um projecto nacionalista de dominação hemisférica, que desemboca num projecto de criação de uma “aliança republicana hemisférica” contra a Santa Aliança (Kagan, 2006: 153-161). Já então, os EUA “agitavam” a América Latina para constituírem sistemas e elegerem governos pró-EUA, da mesma forma que o fazem hoje.

A preocupação com a criação de inimigos políticos, na forma de regimes monárquicos era real na América Latina. A Santa Aliança propunha-se em 1823, a instalar príncipes da dinastia Bourbon nas novas nações latino-americanas (Kagan, 2006: 164-165). O diplomata britânico George Canning tentou, para esse efeito, celebrar um tratado para unir o Reino Unido e os EUA na defesa da América Latina, aquando da ocupação francesa de Espanha. Os EUA recusaram

essa proposta, que ia frontalmente contra os seus objectivos imperialistas relativamente à América Latina (Kagan, 2006: 167-168). Nesta linha, a doutrina Monroe não pretende apenas impedir novas vagas colonizadoras na América Latina, mas também a implementação de sistemas ideologicamente hostis no continente (Kagan, 2006: 175), o que explicará, durante o século XX, as relações estabelecidas entre esta doutrina e as políticas americanas relativamente à expansão soviética na América Latina (a ameaça comunista).

Podemos então encontrar em Hamilton, Jefferson, Adams e Thomas Paine (que avança em 1770 a necessidade de a “América” se separar de toda a Europa) as bases políticas que permitiram a Monroe esboçar a sua doutrina. Apesar de o pronunciamento se dirigir maioritariamente a assuntos do foro interno dos EUA, esta ficou célebre pela sua dimensão internacional, onde a referência à América Latina, foi proposta pelo ex-presidente Adams (Kagan, 2006: 154 e 173).

Monroe não se encontra sozinho na busca da criação do regionalismo americano. Um seu contemporâneo, Simón Bolívar, personagem decisiva na libertação latino-americana do colonialismo espanhol, pensador progressista herdeiro político de Simón Rodríguez e do revolucionário Francisco de Miranda, retomava as propostas dos seus mestres, defendendo a integração latino-americana, contra o pan-americanismo dominado pelos EUA (Regalado, 2006: 104). Esta perspectiva sobre o vizinho do Norte constituía uma novidade relativa, uma vez que alguns dos seus precursores na luta independentista, como o seu mentor Miranda, possuíam uma grande afinidade, e igual grau de admiração, com os políticos e a república americana (Kagan, 2006: 49; 78).

Bolívar compreendeu aquela que Kagan (2006: 78) identifica como “uma política oportunista”, percebida como “um assunto interno”, mas que se insere nos latos objetivos de expansão hemisférica dos EUA, de conquista territorial, não só aos povos indígenas, mas que olhava de “soslaio” (nas palavras de Alexandre Hamilton) também para o império espanhol (Kagan, 2006: 122). No plano económico, a oposição entre os modelos económicos liberais norte-americanos, inspirados pelas teorias de Adam Smith, e o modelo feudal/mercantil do império espanhol contribuiu para uma percepção da América Latina como uma potencial fonte de riqueza, e os comerciantes americanos substituem os seus rivais europeus no comércio entre a América Latina e a Europa (Kagan, 2006: 94).

Na senda dos seus precursores e do movimento independentista que varre a América Latina, Bolívar irá procurar inspiração na Revolução Francesa. A Revolução Francesa de 1789 é vista como um momento histórico que contribui de forma decisiva para a independência latino-americana, não só por fornecer uma base de filosofia republicana aos líderes independentistas, mas também pelas consequências políticas da presença francesa na metrópole colonial (Kagan, 2006: 49).

O pensamento progressista republicano de Bolívar, influenciado por Rousseau e pelas propostas do Abade de Saint Pierre (Kunz, 1953; Jorrín e Martz, 1970: 26, 70; Bolívar, 1971: 82), contrasta com a predilecção por autores como Montesquieu e Locke dos políticos americanos (Jorrín e Martz, 1970: 25), possuindo algumas propostas verdadeiramente antagónicas com estes

princípios políticos (o caso premente do anti-esclavagismo), mas Bolívar enfatiza sobretudo a noção de que após a independência da América Latina não se poderia submeter a uma forma de neocolonialismo (Regalado, 2006: 104).

Eu desejo mais que qualquer outro ver formar na América a maior nação do mundo, menos pela sua extensão e riquezas que pela sua liberdade e glória. Apesar de aspirar à perfeição do governo da minha pátria, não consigo convencer-me de que o Novo Mundo possa ser regido por uma república (...) desejo ainda menos uma monarquia universal da América. (Bolívar, 1971: 76)

Defensor de um governo forte e estável, condenando a "moderação" de Miranda, hostil ao fanatismo religioso e ao poder concentrado numa só figura, protector da soberania popular e dos direitos do homem (Jorrín e Martz, 1970: 70-76), Bolívar acredita que

Não nos sendo possível encontrar entre repúblicas e monarquias, o mais perfeito e completo [modelo], evitemos cair em anarquias demagógicas ou em tiranias monocratas. (Bolívar, 1971: 78)

Esta posição de Bolívar, de cercear a forma republicana nos anos após a independência, valeu-lhe a hostilidade da política externa americana, desagradada com a sua aliança táctica com a Grã-Bretanha, e o seu desprezo pela doutrina Monroe.

Bolívar expressa a sua preocupação com a fragmentação de territórios após a descolonização, onde os males do colonialismo impediam as populações de atingir a maturidade política, após a qual se deveriam constituir numa federação de estados latino-americanos, inspirada pelos laços de solidariedade entre os povos criados pela insurreição independentista (Jorrín e Martz, 1970: 70-76). Esta realização é considerada difícil dadas as diferenças étnicas e classistas existentes entre os diversos estados latino-americanos, contudo era

considerada "indispensável para o equilíbrio do mundo", posição defendida por Bolívar nas suas *Cartas de Jamaica* (Jorrín e Martz, 1970: 70-76). Relativamente à sua proposta de integração latino-americana defende a criação de uma organização regional

Que belo seria que o istmo do Panamá significasse para nós o que Corinto significou para os gregos! Oxalá que algum dia tenhamos a sorte de ali instalar um augusto congresso dos representantes das repúblicas, reinos e impérios a tratar e discutir sobre os altos interesses da paz e da guerra (...) (Bolívar, 1971: 81)

Assumirá este projecto que se concretizará em 1826 no Congresso do Panamá, onde se reflectem já as clivagens dos interesses das nações latino-americanas e o boicote americano à formação de outro bloco político capaz de rivalizar com os EUA. Apesar deste fracasso relativo, a política externa das nações lideradas pelo *Libertador* foi sempre norteada por princípios que iam além das alianças comuns entre estados.

As relações bilaterais estabelecidas entre a Colômbia e estados como o Perú, Chile, México e os estados Centro-Americanos, constituem um sistema de segurança colectiva, mas simultaneamente perseguem objectivos de progresso social, económico e político comuns (Reinton, 1967: 362). Para Bolívar, as singularidades que conduziriam a esta unidade latino-americana residem no facto de "o nosso povo [latino-americano] não [ser] nem europeu nem norte-americano, resulta mais de um composto de África e América que uma emanção da Europa" (Bolívar *apud* Vilaboy e Gallardo, 2009: 4).

A doutrina bolivariana e a doutrina Monroe são dois projectos de integração no continente americano sendo ambas as doutrinas antagónicas por princípio, mas

na época, devido à expansão para Oeste nos EUA e à incapacidade de Bolívar manter a unidade latino-americana, não entraram em confronto directo. As ameaças aos princípios de integração e independência emanavam das monarquias absolutistas da Europa e não do continente americano. Um dos aspectos em que a doutrina bolivariana se opõe à doutrina Monroe, é ao recorrer à presença de uma potência europeia (Reino Unido) no continente americano, para se proteger da ameaça colonial protagonizada por Espanha, a uma crescente presença francesa na região e à ameaça expansionista norte-americana (Kagan, 2006: 178-179). A visão de Bolívar, muito pragmática e imbuída de aspectos realistas, está patente na sua carta ao General Santander onde declara

(...) creio que se pode salvar a América com estes quatro elementos: primeiro um grande exército para impor e defender-nos; segundo, uma política europeia para aplacar os primeiros golpes; terceiro, com a Inglaterra; e quarto com os Estados Unidos (...) (Bolívar, 1825 *apud* Ledezma, 2002)

Uma relativa inocuidade de posições seria mantida até ao final do século, quando se dá uma transformação ofensiva da doutrina Monroe, com a influência dos escritos do Almirante Alfred Mahan. O autor alerta para a preponderância do poder naval para a obtenção de um estatuto de super-potência, através da projecção desse poder à escala global (Mahan, 2007).

No seu livro *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*, além de expressar os princípios que permitiram ao Reino Unido atingir o estatuto de super-potência através da primazia conferida ao desenvolvimento do seu poder marítimo, enumera algumas das insuficiências dos EUA nessa matéria. A ausência de territórios coloniais controlados pelos EUA, onde os navios possam

abastecer e ser reparados, e a improbabilidade de os obter, são uma carência grave, impeditiva da projecção do poder naval americano (Mahan, 2007: 83), daí derivando uma nefasta incapacidade de proteger a marinha mercante. Compreendendo a relação entre o poder económico que advém do livre comércio e a influência que este exerce sobre o poder político (Mahan, 2007: 88), insta

Esta questão é eminentemente uma das quais onde a influência do governo se deverá fazer sentir, construir para a nação uma marinha que, se não for capaz de alcançar costas distantes, deve no mínimo ser capaz de repelir ameaças à sua própria. (...) pode com segurança afirmar-se que é essencial para o bem-estar de todo o país que as condições para o comércio e as trocas se mantenham, tanto quanto possível, sem ser afectadas por uma guerra externa. De forma a consegui-lo, o inimigo deve ser mantido não apenas fora dos nossos portos, mas também distante das nossas costas. (Mahan, 2007: 87)

Após a definição da sua zona de influência natural, através da doutrina Monroe, os EUA carecem ainda de capacidade de projectar efectivamente o seu poder sobre essa região. Os desenvolvimentos da Guerra Civil Americana, com os navios da Confederação a procurarem refúgio nos portos das Caraíbas, e a partir daí lançarem ataques contra as forças da União, reforçaram a importância do controlo geopolítico do Golfo do México (Kagan, 2006: 277). Mahan aponta o caminho a seguir ao definir que

O motivo, se algum existir, que dará aos Estados Unidos uma marinha, está provavelmente a aproximar-se depressa do istmo da América Central. Esperemos que esta [marinha americana] não nasça demasiado tarde. (Mahan, 2007: 88)

Alertando para a importância geopolítica da América Central, e a probabilidade, como se veio a verificar historicamente, de as potências europeias estarem interessadas na construção de uma travessia transoceânica na América, Mahan

“prevê” a acção futura da política americana relativamente à sucessão do Panamá, respondendo a um apelo político/económico que já havia sido lançado pelos interessados no comércio transoceânico (Kagan, 2006: 276).

Outro escrito de Mahan, *The Interest of America in Sea Power, Present and Future*, constitui um enunciado de vantagens e desvantagens relativas à relevância geopolítica de alguns territórios. A importância de ilhas como Cuba, Porto Rico, Havai, Guam, e a região da Nicarágua/Panamá sai reforçada (Mahan, 2005), e explica em grande medida as opções tácticas prosseguidas durante a guerra Hispano-Americana (o texto é publicado apenas um ano antes do início da guerra) pelo presidente William McKinley (Fonseca e Vlach, 2003: 13).

A influência de Mahan sobre McKinley é óbvia em *The Alternatives in Cuba*, texto da autoria do presidente, e que é representativo dos desígnios políticos reservados pelos americanos para o futuro da ilha (McKinley, 1897). Os americanos já haviam tentado anexar (Regalado, 2006: 110), e mesmo comprar a ilha por cem milhões de dólares em 1848 (Kagan, 2006: 238; Pellistrandi, 2000: 181). O seu objectivo último é impedir a independência real da ilha, podendo para isso instaurar um regime tutelar ou um protectorado (Fonseca e Vlach, 2003: 13), que vai frontalmente contra os objectivos políticos dos revolucionários cubanos, que desde 1868, combatem a metrópole ibérica. Por detrás deste ímpeto anexionista, que se prolonga desde a década de cinquenta, está a influência do *lobby* escravagista do Sul dos EUA, procurando reforçar o peso político dos estados do Sul no sistema político americano, e

impedindo a constituição de um "novo Haiti", uma república escrava emancipada, a poucas milhas da costa Sul dos EUA, onde a escravatura constituía um elemento base da economia (Kagan, 2006: 238-243).

Também o receio das pretensões britânicas, anti-esclavagistas, provocou o seu efeito. As clivagens que conduziriam à Guerra Civil Americana começam a esboçar-se, e os estados do Sul procuram disseminar o projecto de construção de um império americano por eles liderado (Kagan, 2006: 243-245).

Agora que o controlo espanhol afrouxou, a dominação americana sobre a ilha está facilitada. A percepção histórica americana sobre o futuro de Cuba consistia numa enorme confiança sobre a incapacidade de a ilha suportar a força gravítica do cosmopolitismo da sociedade americana, e seria naturalmente absorvida (Kagan, 2006: 79; 130-131; 140).

É a concretização da doutrina Monroe. Os EUA possuem agora um controlo efectivo sobre a sua zona de influência e transformam-se numa potência imperial. O "apóstolo da independência cubana", José Martí, revolucionário, escritor, diplomata era um idealista crítico e anti-clerical, defensor da igualdade racial sendo mais que um simples liberal. Tinha como grande objectivo a independência da ilha, mas compreendia que a sua tarefa não findava com esse objectivo. A independência não seria completa se a potência colonial fosse substituída por um poder neo-colonial (americano ou britânico), e sem que um regime verdadeiramente democrático fosse promovido (Jorrín e Martz, 1970: 162).

O período passado no exílio nos Estados Unidos permitiu a Martí uma perspicaz compreensão das verdadeiras intenções americanas para com Cuba e a América Latina, expressa no seu texto *Nuestra América*², onde afirma que “O desprezo do formidável vizinho, que nos desconhece, é o maior perigo de nossa América” (Martí, 1971: 167-168). A sua participação como delegado uruguaio na Conferência Monetária Internacional Americana³, realizada em Washington em 1891, marca simbolicamente esta percepção, ao fazer referência ao brasão americano que se encontrava no hall da conferência, onde as garras da águia do escudo americano apertavam as bandeiras latino-americanas (Jorrín e Martz, 1970: 163).

A maior contribuição de Martí para a integração latino-americana foi o conceito de “Nossa América”, que engloba toda a realidade geográfica americana a Sul do rio Bravo, continental e insular (Gelfenstein, 2009). “Nem o livro europeu, nem o livro yanqui, esclarecem a chave para o enigma hispanoamericano” (Martí, 1971: 164), afirma Martí ao defender a incapacidade de outros que não os latino-americanos em governar a sua terra. A chave é, pois, a integração regional para fazer frente à “outra América”, uma necessidade urgente, dado o poderio americano e a dinâmica imperialista que imprime no continente (Giles, 2004: 187). Essencialmente, este é um projecto multi-racial, matéria sobre a qual Martí é taxativo ao afirmar que “não há raças” (Martí, 1893 *apud* Giles, 2004: 187), valorizando o indigenismo, com fortes traços de emancipação política, económica e social, defendendo que “com os oprimidos tinha de criar

² Publicado no número de 10 de Janeiro de 1891 da Revista Ilustrada de Nova Iorque.

³ A forma como a diplomacia americana encarou a conferência, e a relação desigual entre as partes está reflectida nas missivas do Presidente Benjamin Harrison e do Secretário de Estado James Blaine dirigidas ao Senado e ao Congresso (Harrison, 1890a; 1890b).

uma causa comum, para reforçar o sistema oposto aos interesses e hábitos de domínio dos opressores” (Martí, 1971: 163). Assume-se contra o processo histórico que transformara a América Latina num lugar de exploração, cultivando a submissão, porque os governantes estavam mais preocupados com os compromissos assumidos com o exterior do que com as suas próprias necessidades.

A constituição de uns “Estados Unidos da América do Sul” é uma proposta de inspiração bolivariana, e uma prova clara da importância da existência de um baluarte de contraposição ao poder “anglocêntrico” da América do Norte (Giles, 2004: 187), uma proposta de uma “segunda independência” para a América Latina, de desenvolvimento e pensamento autóctones. A importância deste projecto contra-hegemónico é resumida na frase “estas não são meras ilhas que estamos a libertar, é um novo mundo que estamos a equilibrar” (Martí, 1893 *apud* Arenas, 2008) marcando o início de uma nova era de resistência ao imperialismo na América (Saldívar, 1891 *apud* Giles, 2004: 187).

Definimos então dois quadros distintos para a integração americana. Por um lado, Monroe e Mahan defendem um processo liderado pelos EUA, e existindo em função deste, reservando todo o hemisfério ocidental para a sua área de expansão natural, com teorias que são complementares. Esta política obteve resultados, consagrando aos EUA uma posição de super-potência, e mantendo o seu domínio sobre a região intocado.

Por outro lado, Bolívar e Martí, conscientes do poder do vizinho do Norte, procuram criar um modelo contra-hegemónico: propostas federalistas que

conduzam a uma segunda libertação política da América Latina. Uma união de nações iguais, não apenas com objectivos de segurança defensivos, mas com objectivos mais latos de emancipação e progresso social, sendo que o projecto de Martí é uma forma de continuar o projecto de Bolívar.

Reduzir este projecto contra-hegemónico à influência de Bolívar e de Martí seria, no entanto, reducionista. A forma mais apropriada de contextualizar esta realidade histórica, seria incluí-los em dinâmicas políticas mais vastas, das quais são os mais famosos representantes. Uma primeira dinâmica, relacionada com a luta pela independência, com Bolívar como expoente máximo de um movimento que conta com Miranda, Sucre, Hidalgo, Morelos, San Martín, Artigas, Guemes, Mariano Moreno, Manuel Belgrano, Cecílio del Valle e Francisco Morazán, os líderes revolucionários que durante um período de vinte anos lutaram pela ruptura com a relação colonial com as metrópoles europeias. E uma segunda dinâmica, relacionada com a luta pela independência das colónias que ainda subsistem no continente, bem como as novas relações neo-coloniais que se começam a estabelecer, da qual Martí é representante e que decorre durante a segunda metade do século XIX, contando com os contributos dos revolucionários liberais Eloy Alfaro, Ezequiel Zamora, Felipe Varela e Ramón Betances (Bossi, 2005).

No entanto, para as nações latino-americanas a situação está prestes a piorar, com o corolário de Theodore Roosevelt⁴ à doutrina Monroe, a política do "Big Stick", segundo a qual Roosevelt defendia o assumir de uma atitude policial no continente Americano, por parte dos EUA, relativamente aos interesses

⁴ Discípulo de Mahan no Naval War College, e vice-presidente de McKinley.

européus. Esta seria caracterizada pela possibilidade de apoiar as negociações diplomáticas com a ameaça de intervenção militar (Williams, 1980).

Para Robert Kagan (2006: 92-93), as relações desenvolvidas pelos Estados Unidos com outros estados do hemisfério ocidental no período entre 1880 e 1930 reflectem a mesma relação de forças existente entre os EUA e as populações indígenas que habitavam o continente, e que foram consecutivamente despojadas do seu direito à existência, tal era a disparidade de capacidade de projecção de poder. Este autor identifica o desafio colocado aos EUA pelo conflito entre "moral" e "poder", e citando Roosevelt, questiona a "bênção" recebida pelos estados das Caraíbas, pelos quais os EUA assumiam a responsabilidade. Esta tendência da política externa americana acentuou-se à medida que o século XX progrediu, os impérios coloniais foram sendo desmantelados, e estados mais e menos viáveis foram surgindo no sistema internacional.

Capítulo II – A política dos EUA para a América Latina: resultado e fomento dos processos políticos autóctones

Após uma caracterização das linhas políticas que norteiam as relações entre os EUA e a América Latina, importa contextualizar a forma como estas relações evoluíram, através de uma argumentação histórica, que explique o desequilíbrio de poderes que ainda se mantém. A análise recairá sobre aspectos da economia política da região, a evolução das dinâmicas de integração regional, e os principais acontecimentos históricos que marcaram tanto a política externa americana para a América Latina, como a política externa de alguns estados latino-americanos para com os EUA e os seus vizinhos.

Concluiu-se anteriormente que as relações entre os Estados EUA e a América Latina são regidas através dos enunciados da doutrina Monroe e do pensamento geopolítico do Almirante Mahan. Salvo pontuais excepções, a generalidade dos estados latino-americanos foram enredados nesta teia geopolítica, e respectivas derivações económicas e políticas, enquanto os seus projectos de integração autóctones se manifestaram de forma esporádica.

Ambas as doutrinas foram aperfeiçoadas e adaptadas à evolução da condição política do continente mas, em última análise, a sua inspiração e influência nunca deixaram de ser patentes, sendo inclusivamente invocadas para a sua verdadeira condição de inspiração primeira da acção da política externa americana para com o hemisfério ocidental. Cronologicamente, este capítulo analisará a evolução desta relação, destacando os aspectos políticos e económicos, ocorridos durante o século XX, procurando estabelecer paralelismos que elucidem acerca do contexto actual que marca a região.

Dos descobrimentos ao pós Segunda Guerra Mundial – de uma relação colonial ao neocolonialismo na periferia do sistema

Para contextualizar a implantação do modo capitalista de produção no continente americano, teremos de recuar brevemente até aos “descobrimientos” do continente, nos séculos XV e XVI pelas potências ibéricas (Regalado, 2006: 97-102). A integração destes territórios no sistema económico internacional realiza-se através de uma relação de dominação colonial, sendo os territórios encarados como “apêndices” económicos da metrópole (Regalado, 2006: 98). Esta realidade condicionará a sua relação com os EUA e com o resto do mundo. A condição periférica no sistema mundo atribuída à América Latina será um dos temas recorrentes para explicar o desequilíbrio de poderes.

Esta relação colonial sofrerá os primeiros abalos com as vagas independentistas que percorreram o continente no século XIX. Longe de proporcionar uma ruptura completa com os laços político-económicos vigentes, a independência latino-americana proporcionou uma oportunidade para a intervenção de novas potências (particularmente os EUA e o Reino Unido) na disputa pela influência na região (Regalado, 2006: 104). Os laços coloniais foram substituídos por laços neo-coloniais⁵, e o sonho de Bolívar de uma unidade sul-americana tornou-se uma miragem.

As nações que emergem deste período tumultuoso estão subdesenvolvidas, dependentes economicamente da metrópole colonial, sofrendo de um deficit

⁵ Neocolonialismo é o conceito que designa a transição verificada no sistema económico internacional entre o capitalismo de concorrência livre para um sistema de capitalismo monopolista, iniciando o processo designado por “imperialismo”. É o resultado da acumulação de capital verificada com a Revolução Industrial no século XIX, que proporcionou uma independência formal de certos territórios coloniais, mantendo-os politicamente subordinados e economicamente dependentes das metrópoles. No espaço latino-americano este processo representou a substituição da preponderância das metrópoles ibéricas pela influência britânica, e numa fase posterior pela hegemonia norte-americana. (Regalado, 2006: 107-108)

das trocas comerciais, e de profundo endividamento (Regalado, 2006: 105). Este panorama permanecerá inalterado de forma substancial durante os séculos vindouros.

Estabelecido o padrão de relacionamento EUA-América Latina pela política do "Big Stick" do presidente Roosevelt, a América Latina será alvo de iniciativas como a "diplomacia missionária"⁶ de Woodrow Wilson ou a política do "bom vizinho"⁷ de Franklin Delano Roosevelt, que apesar de possuírem uma designação aparentemente pacífica, nunca desprezaram os instrumentos mais musculados da política externa americana. Curiosamente, e por oposição ao que viria a acontecer no final do século, durante a primeira metade do século XX, foi a "restauração republicana"⁸ o período em que as soberanias latino-americanas estiveram mais seguras (Regalado, 2006: 114).

O espaço latino-americano, remetido a uma posição periférica no sistema internacional, no "quintal americano" da doutrina Monroe, onde a hegemonia americana é indiscutível ao cabo da Segunda Guerra Mundial (agora sem concorrência britânica), tornar-se-á mais uma zona de disputa entre as duas super-potências emergentes: EUA e União Soviética. A única alteração substantiva à política para com a América Latina até então desenvolvida é provocada uma vez mais pela situação verificada no continente europeu, onde

⁶ Política levada a cabo pelo presidente Woodrow Wilson para com a América Latina, onde se praticava a intervenção armada e ocupação militar de alguns dos estados latino-americanos, a coberto dos argumentos da "expansão da democracia" e da "contenção da ameaça alemã".

⁷ Representa a renúncia do presidente F. D. Roosevelt à intervenção armada na América Latina.

⁸ Período da história americana que compreende as administrações dos presidentes Warren Harding, Calvin Coolidge e Herbert Hoover. Estes políticos oriundos das fileiras do Partido Republicano ocuparam a Casa Branca no período entre 1921 e 1933, resultando a designação da interrupção provocada pelos dois mandatos consecutivos do democrata Woodrow Wilson (1913-1921), que interromperam um período de domínio republicano da política americana na viragem do século.

os "aliados" americanos saem debilitados, e os até então aliados soviéticos se assumem como potência mundial.

Em termos de política económica, a América Latina vive desde os primórdios da sua ocupação colonial sob um sistema capitalista (mesmo que num estado de desenvolvimento primitivo) que condicionou o seu desenvolvimento e a sua posição no sistema internacional. Esta posição não permitiu a criação de modelos político-económicos autóctones, sendo aplicados de forma relativamente indiscriminada os dogmas teóricos do "Norte" desenvolvido.

De Truman a Bush: uma análise doutrinária

Com o fim da Segunda Guerra Mundial tem então início a alteração do paradigma securitário nos EUA, transformando-se a "segurança nacional"⁹ no principal dogma da política americana. Sob os auspícios do presidente Truman, os EUA delinearam uma estratégia de resposta à ameaça soviética composta por dois níveis distintos: por um lado a "política de contenção", característica de uma abordagem *hard-power*, e que passa pela contenção da extensão da influência soviética aos "elos frágeis" do sistema capitalista: poderia realizar-se através da injeção massiva de capitais (como aconteceu nos casos da Turquia e Grécia), ou através da intervenção directa (forma corrente na América Latina). Por outro lado, o Plano Marshall, delineado com o intuito de reconstruir economicamente a Europa, através do auxílio económico americano, caracteriza uma abordagem *soft-power* a esta "política de contenção".

⁹ Acção de reestruturação das forças armadas americanas, que tem por maior inovação a introdução de um Conselho de Segurança Nacional, e a criação da *Central Intelligence Agency* (s. a., 1947a). O presidente dos EUA passa a ter poder para definir os interesses nacionais em solo estrangeiro sobre os quais as agências podem intervir (s. a., 1947a), ferramenta esta que será exaustivamente explorada nos anos que se seguirão.

Devido à limitação de recursos económicos disponíveis no pós-guerra, a abordagem *soft-power* ficou reservada para os aliados europeus, enquanto que para a América Latina (bem como para o que passou a ser designado “Terceiro Mundo”) ‘sobrou’/restou a abordagem *hard-power*¹⁰. São estas as duas dimensões que constituem a doutrina Truman, que servirá genericamente de guia à actuação americana durante a Guerra Fria.

A “contenção” da “ameaça comunista” transforma-se no mote da política externa americana para com a América Latina, apesar de no contexto temporal em que surge, a penetração desta ideologia junto das populações ser reduzida (Halperin *apud* Regalado, 2006: 125). A actuação das administrações americanas vai procurar assegurar a maior consonância possível dos governos latino-americanos com as posições por si preconizadas, apartando líderes, governos ou movimentos de cariz socialista, social-democrata, populista ou nacionalista, que pudessem de alguma forma questionar a sua relação de dependência político-económica para com os EUA (Heller *apud* Regalado, 2006: 125-126).

A preocupação é antecipada em relação à chegada real das influências soviéticas ao continente (Maingot, 1989: 263). Após a Segunda Guerra Mundial a posição britânica no sistema internacional está a ser delapidada pela expansão americana e soviética. Na América Latina esse espaço será preenchido pelo neocolonialismo americano, apoiado em regimes ditatoriais e autoritários (Heller *apud* Regalado, 2006: 125-126).

¹⁰ O próprio George Marshall, num discurso em Bogotá no ano de 1948, disse ao seu auditório que os latino-americanos deveriam esperar comércio, e não ajuda dos EUA (*trade not aid*). (Wagner *apud* Tulchin, 1995: 212)

Despontam então os processos de integração continental liderados pelos EUA, imbuídos do espírito do pan-americanismo da “doutrina Monroe”, que contribuem também para a legitimação da acção e intervenção americana. Por esta altura, o sistema inter-americano evoluiu bastante desde a sua conceptualização inicial por Henry Clay.

Os EUA são o centro do comércio não só hemisférico mas também mundial. O desafio de construir uma “aliança republicana” com a América Latina ficará a cargo do célebre General George Marshall, então Secretário de Estado de Truman.

Começará a sua tarefa por celebrar em 1947 o Tratado Inter-americano de Assistência Recíproca (TIAR)¹¹, o pilar defensivo do sistema, e em 1948 impulsiona a criação da Organização de Estados Americanos (OEA), por ocasião da IX Conferência Internacional de Estados Americanos¹², que vem substituir uma “União das Repúblicas Americanas” largamente ineficaz na construção de um diálogo multilateral. Em 1954, a OEA, reunida na X Conferência Internacional de Estados Americanos, realizada em Caracas, declara que “qualquer actividade comunista constitui uma intervenção nos assuntos internos americanos”, e afirma que “a instalação de um regime comunista em qualquer Estado americano implica uma ameaça ao sistema” (X Conferência Internacional de Estados Americanos, 1954). Esta primeira “cruzada anti-comunista”, dentro do sistema pan-americano e conduzida unilateralmente

¹¹ O texto do documento fundador pode ser consultado em <http://www.oas.org/juridico/english/Treaties/b-29.html>.

¹² Realizada em Bogotá, Colômbia, e cuja carta fundadora da organização pode ser consultado em http://avalon.law.yale.edu/20th_century/decad062.asp

pelos EUA, constitui então uma tentativa de apoderação da zona de influência proporcionada pelo definhamento britânico.

A iniciativa de política externa do presidente Dwight Eisenhower procurará preencher o vazio deixado em Estados como a Guatemala e outros mais meridionais do continente, tradicionalmente afectos à esfera de influência britânica, nomeadamente o Brasil, a Argentina, o Paraguai e a Bolívia, e aproveitando também o enfraquecimento da posição francesa, apoiará Duvalier no Haiti (Regalado, 2006: 118-120; 128). Em meados da década de cinquenta a América Latina está pacificada sob a hegemonia americana.

A intervenção na Guatemala implica outras repercussões. Proporciona a possibilidade de substituição do princípio de "não intervenção" pelo "direito de intervenção", nas normas do sistema interamericano (Regalado, 2006: 124). É de novo a doutrina Monroe a retomar o continente americano para a área de influência natural e exclusiva dos EUA (Maingot, 1989: 266), desta feita relativamente aos interesses soviéticos.

A "defesa da democracia" e do "interesse nacional" marcará a relação da administração Kennedy e Johnson para com a América Latina. Existe pela primeira vez uma noção clara da importância do progresso económico na América Latina, em virtude da capitalização do descontentamento de sectores sociais pelas forças revolucionárias (Tulchin, 1995: 211-216). Serão desencadeados mecanismos económicos para auxiliar os regimes favoráveis às posições americanas (Tulchin, 1995: 211-216), não descurando as virtudes da intervenção directa (Maingot, 1989: 267).

Simultaneamente, no continente começam a surgir as “ditaduras de terceira geração”, ditaduras militares institucionalizadas, de “segurança nacional” (leia-se contra a “ameaça comunista”), que apresentam o poder das armas como a única solução possível para a reestruturação económica, política e social, apresentada como indispensável para o progresso dos estados. Esta viragem autoritária representa o fim do período do “desenvolvimentismo”, enquanto política económica na América Latina, e o início da preparação do terreno para a implementação do paradigma económico neoliberal, condição *sine qua non* para o auxílio económico americano. Os EUA preferem “aliados seguros” a democráticos (Maingot, 1989: 263; Regalado, 2006: 160).

Esta relação com as ditaduras latino-americanas não colhe simpatias entre a opinião pública norte-americana e internacional. Será o presidente Nixon quem incumbirá o governador do estado de Nova Iorque, Nelson A. Rockefeller, da tarefa de reavaliar a forma como os EUA se relacionam com a América Latina, obtendo conclusões contrárias às esperadas pela opinião pública.

As conclusões do Relatório Rockefeller¹³ incitam a um maior empenho americano nas relações com a América Latina, assumindo uma atitude mais “pragmática”. Defendem ainda a atribuição da responsabilidade do desenvolvimento latino-americano a essas mesmas nações, através de mecanismos multilaterais (Rockefeller, 1969), claro retrocesso relativamente à política desenvolvida durante a administração Kennedy/Johnson. Instam a administração a

¹³ Designação alternativa ao título original do relatório: “*Quality of Life in the Americas*”.

decidir de que forma os seus interesses são afectados pela insurgência e subversão de outras partes do hemisfério e a medida em que os seus programas podem e devem ajudar a satisfazer os requisitos de segurança dos seus vizinhos. (Rockefeller, 1969)

A repressão terá como rosto a ditadura de Augusto Pinochet no Chile, palco de uma importante experiência político-económica para o futuro da América Latina, tornando-se o laboratório de ensaio dos *Chicago Boys*¹⁴, e cobaia do novo modelo neoliberal (Harvey, 2005). A proposta de novo paradigma económico englobava uma reconstrução macroeconómica através da libertação das forças do mercado, uma posição claramente antagónica com o modelo seguido anteriormente, preconizado pela Comissão Económica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas (CEPAL) (Schuker, 2003).

O caminho passa por uma liberalização das trocas e do investimento, uma contracção do estado, privatização de empresas estatais, e desregulamentação de mercados internos (Schuker, 2003). Estas medidas agravaram a situação social, ao afectarem directamente os direitos laborais e os programas sociais (Schuker, 2003). Este conjunto de políticas económicas ficaria conhecido como “Consenso de Washington”.

No final da década de setenta, a administração do presidente Carter vê a posição dos EUA ameaçada no contexto da Guerra Fria. Esta transposição da interpretação dos acontecimentos regionais para um contexto global está patente no título do primeiro Relatório Linowitz (Linowitz et al., 1975): *As Américas num Mundo em Transformação*. O texto do relatório elaborado pela comissão liderada pelo diplomata Sol Linowitz deixa antever uma erosão do

¹⁴ Designação atribuída ao grupo de académicos seguidores do pensamento económico neoliberal de Milton Friedman, professor da Universidade de Chicago, chamados à reconstrução da economia chilena após a experiência socialista de Salvador Allende. (Harvey, 2005: 8)

poder americano, aconselha o abandono da “relação especial” mantida com a América Latina, o retorno ao princípio de “não intervenção”, e a sujeição da OEA aos interesses dos estados latino-americanos, enfatizando a sua vocação para a defesa dos Direitos Humanos e a mediação de diferendos (Linowitz et al., 1975).

Inspirado por estas conclusões, o segundo relatório da comissão, o Relatório Linowitz II (Linowitz et al., 1976)¹⁵, insta à conclusão das negociações que devolveriam ao Panamá a soberania da região do canal transoceânico, à normalização das relações com Cuba, à redução da transferência de armas e ao controlo da proliferação nuclear, aconselhando ainda alterações em matéria de Direitos Humanos e ao estreitamento de relações culturais, bem como a instauração de um clima de compreensão para com a situação e reivindicações das nações latino-americanas (Linowitz et al., 1976).

Exceptuando a questão panamiana, o Relatório Linowitz II foi amplamente ignorado. A administração Carter enredava-se num “imobilismo” que constituía um apoio tácito às treze ditaduras que vigoravam na América Latina, bem como num agravamento das relações com Cuba (Linowitz et al., 1976). No entanto, foi precisamente este “imobilismo” que moveu a campanha de Ronald Reagan para a presidência, acusando de fraqueza o pudor de Carter em sufocar as revoluções na Nicarágua e em Granada (Regalado, 2006: 148). A ascensão de Reagan permite a implantação do neoliberalismo enquanto modelo económico nos EUA, uma porta que tinha sido deixado aberta pela nomeação de Paul

¹⁵ Cujo título original é: “Estados Unidos e América Latina: próximos passos”.

Volcker para presidência da Reserva Federal Americana pelo presidente Carter (Harvey, 2005: 23).

Relativamente à relação com a América Latina, Ronald Reagan passa por cima dos relatórios Linowitz, e apresenta no Documento de Santa Fé (Bouchev et al., 1980), elaborado por um conjunto de intelectuais reunidos na referida cidade, a sua visão da situação latino-americana. O documento, escrito em tom alarmista e militarista, afirma que “o continente americano se encontra sob ataque”.

Nas suas primeiras páginas invoca os princípios da doutrina Monroe, bem como os princípios enunciados na Declaração de Caracas de 1954, afirmando que as Caraíbas se encontram tomadas por aliados soviéticos, e enaltecendo as virtudes da exclusão marítima europeia do hemisfério ocidental (Bouchev et al., 1980: 1-2). Esta situação é resultado das políticas relativas à América Latina seguidas desde a década de sessenta, chegando ao ponto de sugerir tendências pro-soviéticas na acção da administração Carter (Bouchev et al., 1980: 2-4).

Nele, são ainda esboçadas as linhas para a reestruturação neoliberal da economia do continente (Bouchev et al., 1980: 12-20), bem como a estratégia a seguir para retomar o controlo geopolítico sobre a região das Caraíbas, a penetração militar na América Latina através do “combate ao narcotráfico” e a criminalização da “esquerda”. O Documento de Santa Fé defende uma acção mais pró-activa e empenhada dos EUA no continente, que agora necessitam “correr atrás do prejuízo” (Bouchev et al., 1980).

O embaraço geopolítico em que as Caraíbas se transformaram é resolvido rapidamente com a intervenção directa em Granada e a acção dos "Contras" na Nicarágua, bem como o apoio aos *Esquadrões da Morte* em El Salvador e na Guatemala. O apoio à Grã-Bretanha, quando toda a América Latina se alinhava com a posição Argentina, durante a Guerra das Malvinas, desrespeitando a aliança de defesa hemisférica ratificada no TIAR (1947b)¹⁶, revela a verdadeira natureza dos processos de integração interamericanos liderados pelos EUA: um instrumento do imperialismo americano no contexto da Guerra Fria (Regalado, 2006: 152-153).

A relação com os Estados da América Central desenvolve-se de acordo com um novo conceito de *two track approach*, que na realidade é muito semelhante ao princípio do *corolário Roosevelt* da doutrina Monroe, e mais próximo do termo "Guerra de Baixa Intensidade" aplicado ao conflito na Nicarágua (Regalado, 2006: 153-154). Será a administração de George H. Bush a ver cair a União Soviética, e simultaneamente a transição das ditaduras militares do Chile e Paraguai (substituídas por democracias limitadas), a derrota eleitoral dos Sandinistas na Nicarágua, e com a invasão do Panamá, apenas restará Cuba no caminho para a hegemonia completa.

A transição para um regime democrático no Chile emprestava um rosto mais atractivo ao paradigma neoliberal, associado à violência de Pinochet, mas os estados latino-americanos encontravam-se demasiadamente débeis em termos económicos, e polarizados politicamente ao nível interno. O primeiro sintoma de

¹⁶ O texto original do tratado pode ser consultado na página web do Departamento de Direito Internacional da OEA em <http://www.oas.org/juridico/english/Treaties/b-29.html>.

que esta paz neoliberal não seria duradoura deu-se com o *caracazo* de 1989, quando a população urbana de Caracas se revoltou contra as forças políticas do *Pacto de Punto Fijo*¹⁷, incapazes de distribuir as rendas provenientes da exportação do petróleo (Riding, 1989).

A situação económica na Venezuela (e por toda a América Latina) era agravada pelos planos de ajustamento estrutural do Fundo Monetário Internacional que, ao contrário do efeito pretendido, ao aplicarem as receitas do neoliberalismo económico, comprometiam a sustentabilidade do crescimento económico e distribuição de rendimentos (Lander e Navarrete, 2008). O crescimento verificado na América Latina durante as décadas de cinquenta, sessenta e setenta não era sustentável, e o aumento das taxas de juro nos EUA veio precipitar a crise regional (Stiglitz, 2003).

O início da década de noventa encontra a América Latina profundamente submersa numa crise económica. O modelo económico neoliberal demonstrava incapacidade para resolver alguns dos problemas existentes, agravando inclusive as desigualdades reais (aumento da pobreza, das desigualdades e deterioração do modelo democrático), num quadro marcado por grande afluxo de capital externo (que conferia um desenvolvimento sem sustentabilidade), e por uma crise internacional simultaneamente origem e consequência das dificuldades económicas vividas (Stiglitz, 2003). A crise da dívida é transformada num instrumento de política externa valioso durante as décadas seguintes (Regalado, 2006: 166), e especialmente para a administração de G. W. Bush (Helleiner, 2005).

¹⁷ Composta pelos partidos centristas *Acción Democrática* e COPEI.

A reforma da OEA, prometida na assembleia da organização regional de Santiago do Chile (1991), constitui um agravamento dos mecanismos de ingerência e sanção, em detrimento de um aprofundamento democrático da organização (Regalado, 2006: 167). O neoliberalismo conhece novo fôlego com a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que prometia fácil acesso aos mercados norte-americanos, e permitia aos governos latino-americanos sonhar com o retorno aos elevados níveis de exportações (Regalado, 2006: 166).

A chegada de William Clinton à Casa Branca irá colocar os projectos de comércio livre na *fast track*. À ALCA, junta-se o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) em 1994, que integraria os EUA, o México e o Canadá numa zona de livre comércio. São assinados tratados bilaterais de livre comércio com o Chile, e a própria OEA, após a cimeira de Miami, é colocada ao serviço da dinamização da ALCA.

Existem três vectores que explicam a falência das tentativas americanas de dominação continental. Numa primeira instância as próprias deficiências dos processos de integração propostos (a instrumentalização ostensiva de mecanismos como a OEA, o TIAR, a ALCA ou o NAFTA), a um outro nível a incapacidade dos modelos económicos propostos pelos EUA (particularmente o neoliberal) se demonstrarem incapazes de proporcionar progresso efectivo, contribuindo inclusivamente para o agravamento das condições sociais e económicas, e por fim ao nível da segurança militar devido à tradição secular

de intervenção directa e de ingerência nos assuntos internos dos Estados latino-americanos.

A doutrina Monroe, adaptada por cada administração à correlação de forças e contexto internacional que enfrentaram, continua a ser a ferramenta primordial para abordar a relação dos EUA com os estados latino-americanos. O “sistema interamericano” evoluiu para agrupar o número de organizações regionais que estão estruturalmente ao serviço dos interesses americanos, situação que acaba por minar a sua credibilidade. Por fim, as concepções geopolíticas do almirante Mahan estão sempre presentes nas prioridades de intervenção directa americanas, sendo relevante destacar os casos das Caraíbas e da América Central.

A tripla derrota e a Revolução Cubana: o esboço de projectos autóctones e de resistência à hegemonia americana

Após analisar a aplicação histórica dos princípios orientadores de política externa americana, identificados no capítulo anterior, é relevante, no quadro da oposição dicotómica entre “monroeismo” e “bolivarianismo”, abordar também a evolução do impacto das influências dos autores clássicos na evolução política da América Latina. O início desta análise terá como marco temporal o final da década de cinquenta, e o impacto hemisférico que terá a Revolução Cubana.

O desembarque, em 1956, dos rebeldes cubanos que se opunham à ditadura de Fulgêncio Batista, aliado dos EUA, que viajaram a bordo do famoso iate “Granma”, desencadeou o apoio de vários sectores latino-americanos, que se opunham às ditaduras que proliferavam no continente, e que eram, no mínimo, toleradas pelo poder americano (Maingot, 1989).

Com a Revolução Cubana de 1959 ocorre a implantação do primeiro estado socialista no continente americano. A implantação de um estado socialista em Cuba representa uma tripla derrota para o projecto americano para o continente, ao permitir a entrada de uma potência (a União Soviética) na sua zona de influência natural e exclusiva (ao abrigo dos princípios da doutrina Monroe, e falhando em toda a linha na política de “contenção” da doutrina Truman), a perda de um dos territórios identificados pelo Almirante Mahan como uma das “chaves” para o controlo geopolítico sobre o continente americano, e por representar o fim de uma relação tutelar e de extrema proximidade entre o Estado cubano e os EUA. A possibilidade de quebrar a relação neo-colonial com o vizinho do Norte anima numerosos movimentos guerrilheiros a procurarem desencadear processos revolucionários por todo o continente.

Os efeitos geopolíticos da Revolução Cubana não se esgotam nas fronteiras da pequena ilha. Cuba tornar-se-á um dos principais alvos da intervenção americana nas décadas seguintes. O próprio sistema interamericano liderado pelos EUA, encarnado pela já referenciada OEA, irá adaptar-se a este novo desafio, passando a abraçar colectivamente a “defesa da democracia representativa”, princípio que irá aplicar de forma discricionária, e suspendendo a própria participação da ilha no sistema interamericano (Maingot, 1989: 266-268).

Em termos político-económicos, a ausência de capitais europeus e americanos, agora afectos à reconstrução do pós-guerra e à corrida armamentista com a

União Soviética, para investimento estrangeiro na América Latina, coloca as economias regionais numa situação delicada. Surge então a possibilidade de ensaiar um sistema de acumulação de capitais que substitua os circuitos neo-coloniais, agora em declínio.

Esta alternativa conhecida como “desenvolvimentismo”, promove a industrialização nacional através da substituição das importações. Consiste “na mobilização dos recursos económicos e naturais, estatais e privados, para a criação de uma indústria nacional e um mercado interno”, através do controlo e direcção estatal (Regalado, 2006: 129).

A proposta desenvolvimentista falhará em virtude da transferência tecnológica verificada ser obsoleta, da capacidade limitada dos mercados nacionais (que não englobam franjas consideráveis da população rural), das deficiências da capacidade infra-estrutural (particularmente da rede ferroviária) e das graves carências em indústria pesada (Regalado, 2006: 129). Os estados latino-americanos especializar-se-ão na exportação de produtos primários, enquanto se verifica uma escassez no mercado internacional de produtos industriais que necessita importar (afectos à reconstrução europeia). Começa então o pesadelo da dívida, agravado pela queda na procura nos mercados internacionais de produtos primários.

Este modelo de desenvolvimento económico será sintetizado, já em fase final de vida, pela CEPAL, comissão que reunia economistas como Raúl Prebisch e Celso Furtado (Bielschowsky, 1998). A grande virtude do seu trabalho será a inserção da problemática do desenvolvimento regional numa perspectiva global

(na lógica das relações entre centro e periferia do sistema internacional) (Bielschowsky, 1998). Esta é a maior contribuição endógena em teoria político-económica da América Latina.

A primeira oportunidade para a prossecução de uma política económica autónoma na América Latina finda devido à evolução do sistema capitalista. Como Regalado (2006:131) enfatiza, a caducidade do “desenvolvimentismo” não é fruto do seu “esgotamento” ou “fracasso”, necessitando ser contextualizada na transição para um processo de concentração transnacional da riqueza, que iria despojar os estados e as burguesias latino-americanas do capital acumulado.

Em reacção a estes desenvolvimentos, tanto políticos (a Revolução Cubana) como económicos (CEPAL), proliferam por todo o continente movimentos revolucionários, dos quais é pertinente destacar a Frente Sandinista de Libertação Nacional¹⁸; o Movimento Nacional de Libertação Tupamaros¹⁹; as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo e o Exército de Libertação Nacional²⁰. Também as “ditaduras de terceira geração” vão encontrar oposição.

Os golpes de estado progressistas de Omar Torrijos no Panamá (1968), e de Juan Velasco Alvarado no Perú (1968), bem como a efémera tentativa

¹⁸ Movimento guerrilheiro da Nicarágua, que chegará ao poder derrubando o ditador Anastasio Somoza em 1979, governando até 1990 com uma política de aproximação a Cuba e ao Bloco Soviético, e regressando ao poder pela via eleitoral em 2006.

¹⁹ Movimento guerrilheiro do Uruguai, passando a designar-se Movimento de Participação Popular com o fim da ditadura militar em 1985, chegando ao poder em 2004, integrada na aliança eleitoral Frente Ampla, podendo dentro da coligação assumir a presidência da república nas eleições de Outubro de 2009

²⁰ As FARC-EP e o ELN constituem a mais antiga e numerosa guerrilha em actividade na América Latina.

revolucionária do Exército de Libertação Nacional (1967), comandado por Ernesto "Che" Guevara, na Bolívia, são episódios que terão repercussões nos desenvolvimentos futuros desses países. Estas iniciativas criam espaço para percepções partilhadas da realidade da ameaça americana e simultaneamente da necessidade de uma solidariedade reforçada, em defesa da soberania e dos interesses dos estados latino-americanos.

A revolução cubana vai desde o seu início ser um processo marcado por esta noção. Em 1966 promove a realização da Conferência Tricontinental²¹, e em 1967 organiza a primeira Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos da América Latina²², no seguimento das conclusões da Tricontinental. A procura do estabelecimento de redes de solidariedade com Estados e movimentos latino-americanos é uma das linhas orientadoras da política externa cubana (de la Barra, 2006). Há uma apreensão de que a soberania latino-americana, a "segunda independência", bem como a própria revolução cubana, só poderão concretizar-se se outras forças contrárias à hegemonia americana se agruparem em torno de uma plataforma de entendimento comum, ou não fosse a revolução cubana um projecto "martiano" e "bolivariano" desde a sua génese.

Todos estes acontecimentos invocam a necessidade de uma reavaliação da estratégia americana para com a América Latina, que aparentava ser

²¹ Assim designada por reunir delegados de estados dos três continentes que constituíam o Terceiro Mundo (Ásia, África e América Latina). Estiveram presentes nesta conferência representantes da Guiné, Congo, África do Sul, de Angola, do Vietname, da Síria, da Coreia do Norte, da Organização de Libertação da Palestina, de Cuba, Porto Rico, Chile e República Dominicana.

²² Que estabelece a *Organización de Solidaridad con los Pueblos de Asia, África y América Latina* (OSPAAAL).

contraproducente, e estar a abrir brechas para a emergência de mais movimentos revolucionários e nacionalistas.

Quando a Alvarado e Torrijos se juntam Salvador Allende no Chile (1970), Juan Torres na Bolívia, Rodríguez Lara no Equador (1972) e Juan Perón na Argentina (1973), além das crescentes reivindicações panamianas de soberania nacional sobre a zona do canal transoceânico (outra das "chaves" para o controlo hemisférico identificadas pelo Almirante Mahan) e o apoio das nações caribenhas à reintegração de Cuba nos círculos políticos latino-americanos, as opções de política externa do presidente Nixon estão condicionadas (Regalado, 2006: 145-146). O envolvimento dos EUA noutros pontos do globo permitiu que movimentos hostis à sua dominação assumissem um papel mais preponderante. Mas como vimos anteriormente esta situação seria rectificada.

O período final de vida da União Soviética não granjeou simpatias entre os movimentos latino-americanos. Acoçados pela agressividade da política de Reagan e abertamente hostilizados por Gorbatchev, os Estados que procuravam o rompimento dos laços neocoloniais com os EUA viam-se agora a braços com a crise da dívida. Apesar de "pacificada", a América Latina ainda retinha na memória a violência e a brutalidade dos últimos anos, resistindo à imposição da democracia neoliberal ao sistema interamericano (Regalado, 160-161).

À integração económica corresponde um período de crise respectiva, bem como de polarização social. Os movimentos sociais latino-americanos, ainda abalados pelo desaparecimento da União Soviética, e em busca da sua própria identidade, não possuem o poder de outrora. O Fórum de São Paulo (FSP), que

reunia partidos e movimentos de várias tendências da esquerda latino-americana, vinha reunindo regularmente desde 1990. Proporcionou um reduto ideológico contra as teorias do “fim da história” e de que “não há alternativa” (TINA), onde os movimentos e partidos de esquerda conseguiram concertar e defender posições (Fórum de São Paulo, 1990)²³.

É neste contexto que surgem movimentos como o “V República” que levaria Hugo Chávez à presidência da Venezuela, a Frente Ampla que conquistaria o poder no Uruguai, o Movimento para o Socialismo de Evo Morales, bem como o crescimento eleitoral no Brasil do Partido dos Trabalhadores.

Esta construção de uma afinidade ideológica entre a esquerda latino-americana (ou mesmo pessoal), cria as condições para o rompimento dos laços neocoloniais da América Latina com os EUA, através da consolidação de uma plataforma de entendimento comum para a criação de um processo alternativo de integração regional, em virtude da proximidade política proporcionada pelo FSP. É difícil, no entanto, caracterizar a evolução do processo de construção de uma dinâmica de integração na América Latina de uma forma isolada e autónoma, dada a preponderância que a projecção do poder dos EUA assume sobre a região.

Os interesses americanos moldaram as políticas internas e externas dos Estados latino-americanos quase desde a sua independência. O percurso para romper

²³ O primeiro encontro do Fórum, realizado na referida cidade de São Paulo, Brasil, foi organizado pelo Partido dos Trabalhadores do Brasil. A declaração final da primeira reunião pode ser consultada em http://www.midiasemmascara.com.br/attachments/007_atas_foro_sao_paulo.pdf

com esta imposição exógena foi ainda condicionado pela dinâmica própria da oposição bipolar.

No entanto, existem características políticas herdadas dos teóricos da unidade latino-americana, tal como teorias económicas desenvolvidas neste contexto. O seu sucesso foi claramente muito limitado. São estes os factores que explicam um tão tardio advento de processos de integração endógenos.

George W. Bush: como um mínimo histórico despoleta uma dinâmica de integração

Os processos de integração regional que surgiram durante o período da viragem para o século XXI, sob os auspícios da administração de George W. Bush, terão de responder à insegurança provocada por novos factores securitários, ou seja, garantir segurança militar, económica e estrutural às nações latino-americanas. Estamos historicamente a entrar num contexto onde o pensamento sobre segurança sofre profundas mudanças, como analisaremos no capítulo seguinte.

Se no início do seu mandato, W. Bush prometia reforçar os laços dos EUA com a América Latina, sem dúvida que este acabou por ser marcado como um mínimo histórico na relação entre a potência e os demais estados latino-americanos, apenas comparável à *good will tour* de Richard Nixon (Fonseca, 2008).

O diplomata brasileiro Carlos da Fonseca (2008) identifica as causas desta deterioração nas relações. A um primeiro nível, segurança (político-militar) e terrorismo, onde após o 11 de Setembro as políticas neo-conservadoras e marcadamente anti-cubanas não granjearam simpatias entre os líderes latino-

americanos (Fonseca, 2008), cujas ameaças securitárias eram visivelmente de uma natureza diferente. O outro nível consistiu numa política económica “caso a caso”, em detrimento de uma abordagem estratégica, que pretendia impulsionar a ALCA, em condições muito vantajosas especialmente para os EUA (Fonseca, 2008).

As debilidades económicas dos estados latino-americanos provocavam instabilidade interna, e alguns atropelos à normalidade democrática. Os EUA ignoraram estes problemas, e uma nova vaga de governos populistas começou a ser eleita, enquanto os EUA perdiam espaços para competidores directos no sistema internacional (China e UE) (Fonseca, 2008).

Todos estes factores contribuíram para o que Fonseca (2008) classifica de “distanciamento hemisférico estrutural”, onde as dinâmicas político económicas da região tornaram a região mais “independente e refractária à histórica influência americana”. Um primeiro factor estrutural prende-se com a ascensão de governos de esquerda na região, que prontamente foram catalogados de acordo com a terminologia da Guerra Fria, como pertencentes a um “eixo do mal”. Esses Estados ressentiram-se dessa hostilidade e impulsionaram o processo de integração que conduziria ao afastamento dos EUA.

Este processo de integração constitui o segundo factor estrutural. Às estruturas já existentes, Mercosul e Comunidade Andina das Nações, somam-se a União das Nações da América do Sul (UNASUL) (e, neste âmbito, o Conselho Sul-Americano de Defesa), a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a ALBA (Fonseca, 2008). E decorrente desta dinâmica, o terceiro factor prende-

se com a frustração dos Estados das Caraíbas com os mecanismos tradicionais como o CARICOM (o que explica o sucesso de iniciativas como o PETROCARIBE que analisaremos mais adiante), que privilegiam as relações com os EUA.

O quarto e quinto factores estão directamente relacionados. Primeiro verifica-se um declínio no comércio entre a América Latina e os EUA (o sistema interamericano de Clay é questionado), e a concorrência de outras potências (particularmente a China) assume um papel cada vez mais relevante (Fonseca, 2008).

O reconhecimento da perda da hegemonia americana sobre a região é tácito, sendo recomendada uma nova abordagem securitária (Fonseca, 2008), mais consonante com a visão latino-americana, para a política externa dos EUA. Esta não será, no entanto, uma possibilidade de alteração paradigmática muito provável, como analisaremos nos próximos capítulos.

A inépcia da administração W. Bush para lidar com os desafios securitários na América Latina permite consolidar processos de integração baseados nos antigos princípios contra-hegemónicos da independência latino-americana, bem como o modelo económico preconizado pelos EUA, o sistema-interamericano e a própria abordagem securitária, que na sua vertente político-militar, vinha projectando os interesses nacionais americanos para dentro das fronteiras dos Estados latino-americanos.

Há espaço conceptual para questionar toda a dinâmica securitária na América Latina, e é a esse exercício que se dedicará o capítulo seguinte.

Capítulo III – Uma interpretação crítica de segurança na América Latina

A temática da segurança sempre foi central às Relações Internacionais. No entanto, a forma de abordar a temática da segurança sempre aconteceu numa perspectiva operacionalizante, incontestada até recentemente (Booth, 2004).

É durante a década de oitenta que surgem os primeiros desafios teóricos à ortodoxia dominante, questionando a “trindade” elencada por Ken Booth, constituída pela abordagem estatocêntrica, uma abordagem estratégica do poder militar e do uso da força, e a da promoção da estabilidade através da prossecução da ordem numa sociedade internacional anárquica (Booth, 2004). Esta “trindade” limitou os estudos sobre segurança ao canonizar o referente de segurança no Estado, ao seleccionar ameaças e definir a legitimidade da produção do conhecimento (Booth, 2004).

Após o final da Guerra Fria, a temática da segurança é encarada de uma nova perspectiva, onde os Estados se podem sentir seguros, sem que os indivíduos dentro das suas fronteiras compartilhem dessa segurança. Temas como direitos das minorias, a fome, migrações ou a degradação ambiental, ficam a descoberto e tornam-se mais prementes com o fim da oposição bipolar.

É então que na década de noventa, por iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi publicado, no ano de 1994, o *Relatório de Desenvolvimento Humano*. No segundo capítulo deste documento, capítulo intitulado *Novas Dimensões da Segurança Humana*, estão plasmadas as novas preocupações securitárias que ficaram expostas à vista da comunidade internacional pelo culminar da Guerra Fria (Duffield e Waddel,

2004: 16). O relatório do PNUD cunha o termo "segurança humana", que significa "primeiro, segurança de ameaças crónicas como fome, doenças e repressão. E segundo, protecção de alterações lesantes e repentinas dos padrões de vida quotidianos – em casa, no trabalho ou na comunidade" (PNUD, 1994: 23 *apud* Kerr, 2007: 92). "Segurança humana" é a condição segundo a qual as circunstâncias que impedem o desenvolvimento humano são aplacadas (Kerr, 2007: 92).

Institucionalizadas em sete categorias (segurança económica, alimentar, na saúde, ambiental, pessoal, comunitária (ou da comunidade), e política), que são dimensões de duas componentes essenciais então introduzidas: o *freedom from fear* e o *freedom from want* (Aravena, 2002: 9; Duffield e Waddell, 2004: 16), estas novas preocupações correspondem simultaneamente a dois processos relevantes para as transformações verificadas no pensamento sobre segurança. O Estado, enquanto actor internacional, perde a sua qualidade de referente de segurança em detrimento do indivíduo (Eadie, 2007: 645), substituindo posteriormente uma abordagem geopolítica da segurança, por uma abordagem biopolítica, actualizando o adágio clausewitziano, da guerra enquanto continuação da política por outros meios, sendo apresentada a biopolítica como continuação da guerra por outros meios (Dillon e Reid, 2001; Duffield e Waddell, 2004).

A introdução da interpretação biopolítica do mundo de Michel Foucault nos estudos sobre segurança é relevante na medida em que desencadeia uma inversão das premissas que este autor identifica como edificadoras dos

princípios ordenadores da sociedade, emergentes da "grande economia do poder", onde o "poder/conhecimento" se emprega através da "ameaça da morte" (Dillon e Reid, 2001: 41-42; Duffield e Waddel, 2004: 7). Essa inversão corresponde a um entendimento do "poder/conhecimento" como um instrumento que pode ser posto ao serviço do "fomento e promoção da vida" (Foucault *apud* Dillon e Reid, 2001: 41, 49). Compreender as possibilidades que emanam desta interpretação é essencial para enquadrar a mudança de fundo no pensamento sobre segurança que representa a adopção de um conceito de segurança humana, onde pensar em segurança não tem necessariamente de significar pensar em guerra.

A profundidade da reflexão filosófica de Foucault sobre as estruturas biopolíticas não parece, no entanto, suficiente para justificar isoladamente a profundidade atingida pelo conceito de segurança humana (Dillon e Reid, 2001: 51-53; Dillon, 2008). A necessidade de recorrer a outros contributos epistémicos para interpretar diferentes dimensões do pensamento sobre segurança é fundamental (Dillon e Reid, 2001: 52).

A revolução biopolítica, motivada pela evolução tecnológica, resultante das revoluções "digital" e "celular", traz mais elementos ao pensamento sobre segurança. As alterações provocadas ao nível da problematização tradicional da segurança pelos conceitos biopolíticos traduzem-se na proposta de abandono da influente formulação de Carl Schmitt, distinguindo "amigo" de "inimigo", na construção de uma identidade política, justificada por Dillon e Reid (2001: 56-57; Booth, 2007: 187), pela centralidade que deveria assumir a

“potencialidade” de ameaça que um “corpo” representa, provocando uma “hiperbolização da segurança” (Dillon e Reid, 2001: 57). Esta “hiperbolização” decorre da elevação incalculável das potencialidades de ameaça à segurança que representa encarar todas as realidades simultaneamente com o potencial de se tornarem “amigo” ou “inimigo” (Dillon e Reid, 2001: 57).

Para Dillon e Reid também a evolução da “economia clássica” para a “economia informática” acarreta uma transformação na estratégia e organização militar, que não procura uma organização racional ou económica dos recursos de onde pretende extrair uma mais-valia, mas uma “mobilização geral permanente”, um fenómeno de “hipersegurança”, compreensível à luz da “hiperbolização” das ameaças (Dillon e Reid, 2001: 60).

Esta evolução da economia comporta ainda uma ascensão das “sociedades rede”, que promovem uma descentralização do poder, em busca de segurança. No entanto, esta abertura acaba por ser a sua maior vulnerabilidade (Gompert *apud* Dillon e Reid, 2001: 60). Ao disseminar o poder/conhecimento, aceitando a lógica da “hiperbolização da segurança”, num universo onde não existe adversário ideológico (um “centro de poder” a tomar), a resistência ao modelo totalizante torna-se patológica, desenvolvendo-se numa lógica assimétrica, atacando as particularidades do sistema (Dillon e Reid, 2001: 61). Com esta leitura, podemos considerar a resistência ao modelo político-económico neoliberal, em virtude do “TINA”, com uma resistência assimétrica e patológica.

A importância destes três elementos teóricos (“hipersegurança”, “hiperbolização”, e “resistência assimétrica”) retirados dos contributos de

Michael Dillon e Julian Reid são fundamentais para interpretar da óptica biopolítica os desenvolvimentos na América Latina no que concerne à segurança²⁴.

Os impactos destas transformações no pensamento sobre segurança são extraordinários, daí resultando uma clivagem entre perspectivas tradicionalistas (baseadas numa interpretação geopolítica, com o Estado como referente e incidindo sobretudo sobre preocupações securitárias de natureza político-militar) e as novas perspectivas de segurança humana (baseadas numa interpretação biopolítica, com o indivíduo como referente e incidindo sobre as sete dimensões de segurança acima elencadas). Entre os académicos e os pragmáticos do novo conceito de segurança humana, também se desenvolvem tendências em sentidos opostos, uns procurando limitar o conceito (demasiado abrangente), outros alargando-o a todas as actividades do ser humano (demasiado limitado), compartimentando-o, defendendo um referente individual ou colectivo, ou uma abordagem holística ou sectorial, ou mesmo questionando a sua importância analítica (Paris, 2001; Duffield e Waddel, 2004: 16-17; Burgess, 2007; Kerr, 2007: 94-98).

Neste contexto, a proposta dos académicos da chamada Escola de Copenhaga²⁵, surge incorporando elementos inovadores, e preservando outros mais tradicionais (Eadie, 2007: 643). O alargamento do conceito de segurança

²⁴ Os elementos identificados neste trabalho partindo de Dillon e Reid não correspondem, naturalmente, à larga abrangência das suas propostas, estando limitados a dimensões exploradas para comprovar o argumento.

²⁵ Termo originalmente utilizado por Bill McSweeney para se referir ao trabalho de Barry Buzan, Ole Wæver, Jaap de Wilde e colaboradores do *Conflict and Peace Research Institute* de Copenhaga, que inaugurou a contribuição da corrente construtivista para os estudos críticos sobre segurança (Mutimer, 2007).

a outras dimensões que não exclusivamente a militar vem sendo trabalhado por Barry Buzan desde a década de oitenta (Mutimer, 2007: 60). Com o final da Guerra Fria, Buzan avança cinco variáveis para incorporar ao conceito de segurança, ao identificar cinco sectores de onde emanam ameaças (os âmbitos político, societal, ambiental, económico e militar) (Buzan, 1991). Mais tarde, em *Security: A New Framework for Analysis*, Buzan et al. (1998) procuram manter a agenda alargada do conceito original de segurança humana, reservando um papel central para o Estado e para a segurança nacional, pugnando simultaneamente pela “coerência intelectual” que impeça o seu “esvaziamento” por “alargamento” excessivo (Eadie, 2007: 643).

O papel central do Estado enquanto instrumento de concretização de segurança humana está explícito no diagrama da “ampulheta” de Wæver (1995), onde funciona como intermediário obrigatório entre a dimensão internacional e a dimensão doméstica da segurança humana (Eadie, 2007: 641-642). Apesar de não ser o referente, o Estado mantém assim o seu papel central em termos de segurança, sendo responsabilizado pela concretização das dimensões de segurança humana dos indivíduos que se situam no seu território (Aravena, 2002; Burgess, 2007).

Uma outra proposta oriunda da Escola de Copenhaga, que pretende complementar esta análise dos estudos sobre segurança, aborda a temática dos “complexos regionais de segurança” (Buzan e Wæver, 2003). Esta análise, é para Buzan e Wæver, o resultado natural das suas concepções sobre

“segurança societal”²⁶, numa abordagem que acaba também por contextualizar outra característica da globalização, nomeadamente as ameaças identitárias provocadas pelo imperialismo cultural e a homogeneização política (Buzan e Wæver, 2003: 13).

Para Buzan e Wæver os “complexos regionais de segurança” formam-se quando se atinge “um grau de interdependência securitária suficiente para simultaneamente os estabelecer como um conjunto e para os diferenciar de regiões de segurança circundantes” (Buzan e Wæver, 2003: 47-48), e representam

um conjunto de unidades cujos maiores processos de securitização, desecuritização, ou ambos estão de tal forma interligados que os seus problemas securitários não podem ser razoavelmente analisados ou solucionados de forma isolada. (Buzan e Wæver, 2003: 491)

Esta “autonomia operacional” das regiões resulta do surgimento de “actores não militares” no pensamento sobre segurança, e enfatiza a centralidade da territorialidade (Kavalski, 2004), porque as ameaças à segurança “viajam mais rapidamente entre distâncias curtas do que distâncias longas”, logo, o padrão de segurança interdependente é regional (Buzan e Wæver, 2003: 4). De acordo com Buzan e Wæver, o impacto da proximidade geográfica nas questões securitárias é mais óbvio nos sectores militar, político, societal e ambiental, relegando para um plano inferior a segurança económica, justificada pelo

²⁶ Buzan e Wæver discutem a possibilidade de que as sociedades que são constituídas por grupos étnico-nacionais distintos, bem como religiões e outros grupos baseados no género, na orientação sexual ou na classe social, possam suscitar ameaças a identidade destes grupos ou ao próprio Estado. Estas sociedades enfrentam desafios a quatro níveis distintos: migrações, competição horizontal e vertical e despovoação (Buzan et al., 1998). O nível “societal” de análise em segurança é particularmente útil na análise de dinâmicas e grupos intra-estatais, com os “complexos regionais de segurança”, Buzan e Wæver procuram desenvolver este conceito a um nível de análise superior ao do Estado (Buzan e Wæver, 2003: 16).

profundo grau de interdependência económica existente à escala global (Buzan e Wæver, 2003: 45-46), em contradição com a identificação das migrações, por exemplo, como apenas constituindo uma ameaça à segurança societal, quando os movimentos de pessoas não são tão fluídos como os do capital, e como tal, obedecem à máxima de que as ameaças à segurança “viajam mais rapidamente entre distâncias curtas do que distâncias longas”.

O grau de interdependência securitária é maior entre actores dentro de um mesmo complexo de segurança, do que entre estes e outros actores fora do complexo. No entanto, estes complexos podem ser facilmente penetrados pelas potências mundiais, mas a sua dinâmica regional possui um grau de autonomia relevante a esta influência (Buzan e Wæver, 2003: 4).

A validade analítica, de uma perspectiva securitária, identificada por Buzan e Wæver, no estudo das regiões, resulta da sua relacionalidade intrínseca (Kavalski, 2004). Esta reforça a validade de uma interpretação do ponto de vista crítico da situação securitária na América Latina, justificando a escolha deste estudo de caso.

Um outro contributo para o pensamento crítico sobre segurança, que importa realçar, advém da chamada “Escola de Aberystwyth”, onde pontificam autores como Ken Booth e Wyn Jones. Esta escola de pensamento sobre segurança herda a tradição do espírito da “Escola de Frankfurt”²⁷, e de autores como Max Horkheimer e Theodor Adorno.

²⁷ A “Escola de Frankfurt” representa o movimento filosófico/sociológico associado ao *Institut für Sozialforschung* estabelecido em 1922, na Universidade de Frankfurt am Main. Propunha uma nova forma de teorizar a sociedade de acordo com pressupostos “pós-Marxistas”. Entre os

Para Booth e Wyn Jones a visão estatocêntrica, orientada para as questões militares e de "soma-nula", que é característica do realismo, deverá ser substituída por uma abordagem que tome como principal preocupação a emancipação humana (CASE, 2006: 448). O conceito de "emancipação" propalado por estes autores resulta de uma revalidação da abordagem de Horkheimer à ordem social, e ao potencial por realizar que esta contém (Wyn Jones, 1999).

Horkheimer interpreta uma sociedade emancipada como uma sociedade racional, resultado do controlo da natureza por parte da Humanidade, através de um desenvolvimento organizado de forma a beneficiar a espécie humana em detrimento de indivíduos isoladamente (Horkheimer *apud* Wyn Jones, 1999). Este controlo sobre a natureza não é obtido de qualquer forma, mas através de uma "reconciliação" com a natureza (Adorno e Horkheimer *apud* Wyn Jones, 1999), numa relação não instrumental e não "acima" da natureza (Wyn Jones, 1999).

A emancipação de um determinado grupo não constitui um fim em si mesmo, mas o meio para um fim, uma retomada do controlo da sociedade pelos seus elementos, os seres humanos que a constituem (Brunkhorst, 1993 *apud* Wyn Jones, 1999). De acordo com Wyn Jones, determinados fenómenos que coíbem esta emancipação (como o desemprego, as crises económicas, a militarização ou o terrorismo), não resultam de possibilidades tecnológicas limitadas, mas de relações de produção ultrapassadas (Wyn Jones, 1999). Para o autor, enquanto

seus principais teóricos contam-se Max Horkheimer, Theodor Adorno, Jürgen Habermas, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Erich Fromm, entre outros. (Booth, 2007: 42-45).

as forças de produção se desenvolverem no quadro do capitalismo, o seu potencial emancipatório permanecerá por concretizar (Wyn Jones, 1999).

A principal preocupação desta abordagem teórica está então na existência corpórea e material e nas experiências dos seres humanos. O conceito de segurança extravasa a simples sobrevivência física dos indivíduos, existindo inclusivamente um antagonismo entre sobrevivência e segurança (Booth, 2007: 95-110). Para Booth "quanto mais a vida de um indivíduo for determinada pela insegurança, maior é a diminuição do espectro de escolhas, e de acção efectiva". Esta visão de Booth afasta os teóricos da escola galesa da perspectiva "existencialista" da Escola de Copenhaga, e explica a necessidade da dimensão emancipatória das teorias de segurança da "Escola de Aberystwyth" (Booth, 2007: 106).

Esta relação entre segurança e emancipação tornar-se-á mais clara no seu artigo "*Security and Emancipation*" (1991), sendo a sua interpretação sumariada no seguinte parágrafo

"Segurança" significa a ausência de ameaças. Emancipação é a libertação das pessoas (enquanto indivíduos e grupos) das restrições físicas e humanas que as impedem de concretizar o que livremente escolheriam realizar. A guerra e a ameaça de guerra são uma dessas restrições, juntamente com a pobreza, educação medíocre, opressão política etc. Segurança e emancipação são duas faces de uma mesma moeda. É a emancipação, e não o poder ou a ordem, que produz verdadeira segurança. (Booth 1991a: 319) (Booth *apud* Wyn Jones, 1999)

Ao relacionar segurança e emancipação como "duas faces de uma mesma moeda", é possível conceber que uma tentativa de concretização do conceito de segurança humana contenha um potencial emancipatório, uma vez que "emancipação é, teoricamente, segurança", e "segurança é um conceito político

poderoso” (Booth *apud* CASE, 2006: 456). A relação entre segurança e emancipação reforça a interpretação biopolítica da fusão entre desenvolvimento e segurança (Duffield e Waddel, 2004: 7). O desenvolvimento, na sua forma sustentável, acarreta uma abordagem onde o indivíduo é o referente, e aparta desenvolvimento humano de crescimento económico (Duffield e Waddel, 2004: 12). A preocupação com o desenvolvimento da população como um todo, com o intuito de criar e manter um equilíbrio, representa uma biopolítica da vida humana (Duffield e Waddel, 2004: 11).

Segurança, para a “Escola de Aberystwyth” é também um conceito inclusivo, que pretende reintegrar os que tradicionalmente ficavam fora do referente de segurança (CASE, 2006: 456), pois “sobreviver” é estar vivo, enquanto “estar seguro” significa viver, e Booth pretende abranger também os que apenas “sobrevivem”, uma vez que a sua possibilidade de fazer escolher/agir é limitada estruturalmente, tornando-os num sector especialmente vulnerável (Booth, 2007: 107). Recorrendo ao trabalho de Ole Wæver sobre os “speech acts”²⁸, Booth revela a importância da “segurança” enquanto conceito político, pelo seu valor inestimável para as sociedades humanas em virtude das características que acima elencou (Booth, 2007: 108).

O facto de “segurança” ser um conceito politicamente relevante, deve, de acordo com a lógica da “Escola de Frankfurt”, ser discutido na esfera política,

²⁸ Para Wæver elocuições sobre segurança são um processo comunicacional com o intuito de provocar um efeito particular na audiência. Aplicar o rótulo “segurança” a uma realidade implica aceitar que outros rótulos, como “ameaça à sobrevivência” e “medidas extraordinárias”, acompanhem o primeiro. A teoria de securitização da “Escola de Copenhaga” reconhece que o rótulo “segurança” transporta uma determinada questão para o topo da agenda política, o que implica uma afectação de recursos para a sua resolução correspondente ao grau de prioridade atribuído à ameaça. (Booth, 2007: 107-109)

pois a "política é a arena da emancipação e da liberdade" (Booth, 2007: 45). Também a "emancipação" é um conceito com dimensões políticas relevantes, nomeadamente, porque representa uma "âncora" filosófica para o conhecimento, uma teoria de progresso social e uma prática de resistência à opressão. Nas palavras de Booth (2007: 112): "Emancipação é a filosofia, teoria, e política de invenção da humanidade", logo, a segurança só poderá ser atingida através da expansão de políticas emancipatórias que erradiquem constrangimentos estruturais, enfatizando a importância de uma agenda política emancipatória.

Examinando agora a evolução da situação securitária na América Latina, constatamos algum acordo relativamente a algumas características essenciais para enquadrar a abordagem em matéria de segurança humana, a analisar mais à frente, são elas: uma paz inter-estatal relativa durante a Guerra Fria, e os desafios provocados pelo fenómeno da globalização.

A necessidade de repensar o mapa securitário do hemisfério ocidental

Ao contrário da situação vivida em outros continentes, a América Latina ostenta uma situação de segurança inter-estatal relativa ao longo da Guerra Fria (Aravena, 2002: 3; Narich, 2003), apresentando inclusivamente algumas particularidades, como por exemplo, o estabelecimento da primeira região livre de armas nucleares, em 1967, através do Tratado de Tlatelolco (Aravena, 2002: 12; Narich, 2003). Esta característica é de tal forma pertinente que leva alguns autores a concluir que a necessidade de uma nova agenda securitária se tornou visível mais cedo na América Latina que em outros contextos (Narich, 2003).

Já os efeitos da globalização são visíveis na erosão da capacidade fiscal do Estado, vulnerabilizado pelas “políticas de ajustamento estrutural” (Nef, 2003: 175), comprometendo a sua capacidade de lidar com os desafios colocados pela sua integração nos circuitos económicos mundiais (Axworthy, 2001; Aravena, 2002; Huish e Spiegel, 2008: 3). Aravena identifica seis áreas onde o Estado se colocou em posição vulnerável: nas comunicações (com o advento da Internet, e a liberalização de outros media, particularmente rádio e televisão), no desenvolvimento tecnológico (agora dependente da iniciativa do sector privado que tem como objectivo o belicismo), nas transacções financeiras, nos investimentos, nas migrações internacionais e nas trocas comerciais. Estas vulnerabilidades afectam directa ou indirectamente a concretização das dimensões do conceito de segurança humana (Aravena, 2002: 7).

De facto, estas particularidades contribuem para a noção da importância da criação de um conceito de segurança humana para a região, indo ao encontro dos enunciados teóricos de Buzan e Wæver em *Regions and Powers* (2003), envolvendo o sistema interamericano²⁹ e a sociedade civil, actores transnacionais e não-estatais (Aravena, 2002). Contudo, estas especificidades não constituem os princípios a partir dos quais evolui um conceito “latino-americano” de segurança humana.

²⁹ A expressão “sistema interamericano” representa o conjunto de tratados internacionais composto pela União Internacional de Repúblicas Americanas, a União Pan-Americana, o Tratado Inter-Americano de Assistência Mútua, e a Organização de Estados Americanos (Buzan e Wæver, 2003: 308), no plano político, e pelo Tratado Norte-Americano de Livre Comércio e o Tratado de Livre Comércio da América Central (pontos de passagem para a construção da Área de Livre Comércio das Américas), no plano económico, que instituem organizações e acordos tendencialmente favoráveis aos Estados Unidos, onde estes projectam o seu projecto político para o hemisfério ocidental.

As políticas nacionais e a própria dinâmica de integração regional sobre segurança humana perfilam-se, genericamente, no campo dos defensores de um conceito holístico de segurança humana (Aravena e Goucha, 2001), uma abordagem que de acordo com as características identificadas por Ken Booth (2007: 45) pode ser reivindicada para o campo da herança teórica da "Escola de Frankfurt" (por oposição a outras abordagens mais "reducionistas"). Regionalmente, procura-se enfatizar a importância da "cooperação internacional", o multilateralismo, as visões integradoras, multidimensionais e inclusivas do conceito, e incluir a problemática do desenvolvimento no seio do conceito de segurança humana, securitizando-a (Aravena, 2002).

Os autores afectos à *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO) identificam alguns passos importantes dados no sentido de concretizar estas visões. Além da indispensável vontade política, ocorre um processo de reavaliação do uso da "diplomacia coerciva"³⁰, num momento em que a "diplomacia de cimeira"³¹ começa a evidenciar crescente importância na agenda política e alguns resultados práticos (Aravena, 2002; Malamud, 2003; Melissen, 2004).

³⁰ "Diplomacia coerciva" corresponde à aplicação de pressão sobre um determinado actor de uma forma e magnitude que "visa persuadir um opositor a cessar a agressão, em vez de o agredir... usando força suficiente, de um tipo adequado, para demonstrar resolução e para dar credibilidade à ameaça de que uma força maior será utilizada se necessário." (George e Simons *apud* Jentleson, 2006: 2). Os autores Art e Cronin avaliaram o recurso a este tipo de diplomacia por parte dos EUA como obtendo uma taxa de sucesso de apenas trinta e dois por cento (Jentleson, 2006: 1).

³¹ "Diplomacia de cimeira" remete para o encontro oficial de dois ou mais chefes de Estado. Apesar da simplicidade desta premissa, o contexto em que este encontro decorre é determinante para a utilidade deste instrumento diplomático. Citando Hans Morgenthau, a diplomacia de cimeira funciona como suplemento à diplomacia tradicional, debruçando-se sobre temas de especial relevância política, e tendo a capacidade de acelerar as negociações bem como o processo de implementação de decisões ao nível doméstico (Melissen, 2004).

As dinâmicas regionais de segurança ultrapassaram algumas das concepções teóricas aqui apresentadas, o que justifica o recurso a múltiplos contributos para a construção de um quadro teórico. Após abordarmos as especificidades históricas que moldam o pensamento securitário na América Latina, bem como a sua abordagem ao conceito de segurança humana, importa integrar a América Latina na teoria dos “complexos regionais de segurança”.

Buzan e Wæver em *Regions and Powers* (2003) dividiram o hemisfério ocidental em dois complexos de segurança distintos. Definiram um complexo norte-americano, centrado nos Estados Unidos, compreendendo o Canadá e os Estados da América Central (que constitui um sub-complexo regional) e as Caraíbas; e um complexo sul-americano, onde predominam várias potências regionais, e onde os Estados Unidos projectam o seu poder em profundidade e provocam uma sobreposição dos complexos americanos, que se divide em dois sub-complexos, um “andino” englobando os estados do Norte da América do Sul, e outro compreendendo os Estados do “cone Sul” (Buzan e Wæver, 2003: 261-340).

Os autores da “Escola de Copenhaga” optam por esta divisão por considerarem inadequada uma divisão estritamente cultural, económica ou histórica, concentrando-se concretamente em termos securitários para a definição das regiões (Buzan e Wæver, 2003: 43-44). A proposta passa então por uma análise da “geografia política”, em detrimento da “geopolítica mecanizada” que criticam (Buzan e Wæver, 2003: 69).

Ao analisarmos os argumentos em favor da construção de dois complexos regionais de segurança no hemisfério ocidental, podemos observar que a proposta da “Escola de Copenhaga” incorre no erro que identificou nos autores da geopolítica clássica, assentando numa abordagem “mecanizada”. Divide o hemisfério literalmente ao meio, usando como referência a fronteira entre o Panamá e a Colômbia. De uma perspectiva securitária, mesmo do ponto de vista tradicional (mais favorável à análise de factores político-militares), argumentar que Panamá e Colômbia são duas componentes de complexos regionais de segurança diferentes (que possuem mais afinidades securitárias com outros membros do complexo do que entre si), constitui uma fragilidade empírica na proposta de Buzan e Wæver³².

Além desta debilidade, as próprias dinâmicas sentidas em ambos os complexos vêm reforçar a necessidade de questionar esta divisão. A criação de dois subcomplexos (um “centro-americano” pertencente à “América do Norte”, e um “andino” do complexo “sul-americano”) pode ser questionada à luz do nível de integração regional alcançado por países pertencentes a ambos os complexos (refiro-me em particular à Alternativa Bolivariana, tema que será desenvolvido mais à frente). Também a própria dinâmica de políticas externas nos permite questionar esta divisão, uma vez que os EUA definem as suas orientações securitárias para o complexo que identificam como “América Latina” (Buzan e

³² Não é relevante para este estudo entrar em profundidade nesta discussão, mas a título de exemplo podemos citar os problemas causados pela ausência de uma fronteira militarizada por parte do Panamá, o que de acordo com alguns autores tem contribuído para a insegurança interna da Colômbia, ao contribuir para a fácil circulação de grupos insurgentes (segurança político-militar), contrabando (segurança económica) e narcotráfico (segurança económica, político-militar e até mesmo ambiental). Convém ainda salientar a polémica histórica em torno da sucessão do Panamá da Colômbia (CIA, 2009).

Wæver, 2003: 276-281), e também os próprios Estados do complexo "sul-americano" (ver o exemplo do "Grupo de Contadora" (288-289; Narich, 2003), cuja iniciativa foi reforçada pelos Estados do complexo Sul, como a Argentina, o Brasil, o Peru ou o Uruguai), reforçando a sua validade como unidade de análise.

Se as afinidades culturais não constituem factor suficiente para constituir um complexo regional de segurança "latino-americano" (Buzan e Wæver, 2003: 276-277), é possível defender de uma perspectiva meramente securitária a constituição de tal complexo. O denominador comum em termos securitários a favor de um complexo regional de segurança latino-americano são os próprios Estados Unidos, que constituem a principal ameaça hemisférica, quer de uma perspectiva histórica (primordialmente político-militar), que analisamos com alguma profundidade neste trabalho, quer de uma perspectiva das novas dimensões de segurança humana que identificámos, e que correspondem a desafios mais contemporâneos. Em termos meramente securitários, tanto as Caraíbas como a América Central enfrentam desafios que os aproximam mais dos países do complexo "sul-americano" do que propriamente dos Estados Unidos (Narich, 2003; Sorj, 2005).

Os acontecimentos/ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 e a resposta americana, com a securitização em torno do conceito de terrorismo, representam um destes exemplos, juntamente com o problema do narcotráfico (Narich, 2003)³³. Na América Latina, onde o terrorismo não representa uma

³³ Securitização como o acto de securitizar. De acordo com Buzan e Wæver (2003: 491) "securitização" corresponde ao processo discursivo através do qual é construída uma

preocupação securitária de primeira relevância para as populações, esta mudança foi encarada com algum cepticismo, tendo-se enveredado em termos conceptuais para uma definição específica (Sorj, 2005), reflectindo as preocupações políticas generalizadas com o respeito pela soberania. A securitização norte-americana em torno destes temas (terrorismo e narcotráfico) provocou uma resposta convencional em termos político militares, com um recrudescimento da presença e intervenção militar na zona, que veio provocar um afastamento motivado pelas diferentes percepções das ameaças, e uma profunda reflexão em torno dos problemas de soberania dos Estados sul-americanos (Narich, 2003).

Especificidades regionais do conceito de segurança

De acordo com Sorj existe um conceito latino-americano de segurança que apenas se distancia da definição comum/tradicional pela defesa da soberania³⁴. Esta concepção surge por oposição à concepção americana, como uma forma de reforçar o carácter multidimensional da segurança humana. De uma forma contraditória (basta considerar a participação do Brasil no contexto da missão de paz no Haiti, contrariando a afirmação de Cepik (2001) de que a segurança humana não orienta políticas externas) a operacionalização do conceito latino-americano de segurança tem privilegiado aspectos como o combate à pobreza, a saúde e o desenvolvimento económico (Sorj, 2005).

compreensão intersubjectiva dentro de uma comunidade política, de forma a tratar um objecto referente como uma ameaça existencial, justificando a adopção de medidas urgentes e excepcionais para lidar com a ameaça.

³⁴ Nas palavras de Sorj (2005) "segurança multidimensional, similar à noção de segurança humana, mas sem referência a intervenção humanitária externa".

Já para justificar a especificidade da existência de um complexo “sul-americano”, Buzan e Wæver recorrem à dinâmica integradora do Mercosul, como principal argumento em defesa desta divisão, uma vez que se atingiu um grau de normalidade nas relações entre Argentina e Brasil, e as principais disputas territoriais foram solucionadas (2003: 322-333). A dinâmica integradora do Mercosul tem-se esbatido nos últimos anos, em favor de outras iniciativas, cristalizando-se até à polémica adesão da Venezuela ao bloco económico, sendo a sua orientação económica marcadamente neoliberal questionada (Lander e Navarrete, 2008: 35; Harris, 2003: 375; 2005: 416; Giménez, 2008: 10; Serbin, 2007: 9-27; Vadell, 2007).

A proposta de redefinição dos complexos regionais de segurança do hemisfério ocidental que este trabalho aborda, insere-se na teoria dos complexos regionais de segurança de Buzan e Wæver, em particular nos enunciados para a evolução dos complexos regionais, que será tomado como ponto de partida para esta análise. Para os autores existem três cenários evolutivos para um complexo regional de segurança, sendo eles a manutenção do *status quo*, a transformação interna (dentro das “fronteiras” do complexo) e a transformação externa (expansão ou contracção de “fronteiras”) (Buzan e Wæver, 2003: 53).

As novas realidades securitárias do hemisfério ocidental fomentaram uma transformação interna, fruto de alterações na estrutura anárquica do sistema, resultantes do incremento de processos de integração regional, aprofundados entre os sub-complexos “andino” e “centro-americano”, bem como as Caraíbas, envolvendo estados de complexos diferentes. Desta integração resultou uma

transformação externa, expandindo as fronteiras dos sub-complexos, no sentido de fundir três sub-complexos: "centro-americano", "andino" e "cone Sul", trazendo para a sua órbita a região das Caraíbas, e deslocando para Norte a fronteira do complexo "Sul-americano".

A unidade analítica sobre a qual este trabalho assenta procura uma reconfiguração dos complexos regionais de segurança do hemisfério ocidental, fazendo recuar a fronteira do complexo "América do Norte" para a fronteira Sul do México, englobando Canadá e EUA, e fazendo corresponder de forma mais sobreposta o complexo que agora denominaremos de "latino-americano" com o seu significado político-cultural que abordámos aquando da análise da ideologia bolivariana. Este complexo regional de segurança "latino-americano" estender-se-ia do Rio Bravo a Norte, à Patagónia a Sul, como no projecto inicial de Martí, e de acordo com a proposta da "Pátria Grande" bolivariana, englobando não só os Estados independentes da América Central, do Sul e Caraíbas, mas também os territórios ainda sobre dominação colonial, independentemente de serem hispânicos ou não. Uma última ressalva para a constituição deste complexo relaciona-se com a forte dinâmica integradora entre os sub-complexos "andino", "centro-americano" e a região das Caraíbas, que proporcionam uma tentadora alternativa para alguns Estados.

Estados como Dominica, Antígua e Barbuda e São Vicente e Granadinas (já integrados na Alternativa Bolivariana das Américas), Granada e Trinidad e Tobago são Estados que se têm aproximado desta dinâmica centrípeta de integração nestes sub-complexos. Não sendo Estados que possuam afinidades

culturais tão profundas como a comunidade latina, mas que ainda assim se inserem no conceito de "Nuestra América", a sua integração plena no complexo latino-americano de segurança não parece de todo improvável, bem como de outros Estados das Caraíbas ou do Cone Sul (particularmente Uruguai e Paraguai) o que implicará uma evolução conceptual, mais próxima dos ideais de Martí e Bolívar.

A operacionalização deste "novo" conceito tem estado patente nos programas políticos da "vaga" de esquerda que se instalou na América Latina. De forma mais ou menos consequente, várias têm sido as vias trilhadas para concretizar essas dimensões, podendo ser divididas, de acordo com a própria percepção americana da realidade, em vias "responsáveis" e vias "radicais". Se as vias "responsáveis" assim o são por serem "responsabilizadas" pelo discurso securitário americano, as "radicais" o são pelo grau de compromisso com a prossecução dessa mesma concretização (Bello, 2007). Um elemento que possuem em comum é o facto de questionarem a viabilidade do modelo económico neo-liberal.

Analisando o "mercado" enquanto conceito que representa um jogo de expectativas institucionalizadas, este não representa propriamente um jogo de certezas. Sendo um mercado um elemento constituinte do capitalismo enquanto modelo de organização social, transporta para a sua dinâmica o grau de insegurança que lhe é inerente. Esta insegurança é transversal aos domínios da sociedade, revelando-se na esfera social, ambiental, militar, etc..

Durante décadas o conceito de segurança e a sua operacionalização na América Latina estava condicionado pela perspectiva que dele tinham os Estados Unidos. Apoiada em regimes autoritários e militaristas, a agenda de segurança norte-americana foi imposta um pouco por toda a América Latina, e o combate ao “comunismo” foi definido como a preocupação central em matéria de segurança (Sorj, 2005). Estes regimes serviram de laboratório de teste às modernas teorias político-económicas, e legitimaram a possibilidade da dissociação entre liberalismo político e liberalismo económico, contrariando os pressupostos do actual conceito de segurança humana, fruto das consequências das políticas económicas adoptadas (Harvey, 2005).

Se o capitalismo representa uma forma de organização social marcada pela insegurança, logo não pode haver segurança humana no capitalismo, porque acarreta pobreza, desemprego, degradação ambiental, e a concretização deste conceito de segurança relaciona-se directamente com políticas que conduzam à emancipação como vimos anteriormente. Segurança humana representa em termos conceptuais simultaneamente um fim e um meio.

Concretizar “segurança humana” implica uma alteração paradigmática profunda dos domínios económicos, sociais e políticos, em suma, a construção de um modelo de organização social distinto do actual. É neste ponto que gostaria de salientar a importância da Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e as suas propostas de “Socialismo do séc. XXI”. É dos sectores mais vulneráveis à concepção tradicional de segurança que emerge a

alternativa que procura materializar este novo conceito, e é sobre a análise desta iniciativa em concreto que se debruçará o próximo capítulo.

Capítulo IV – A ALBA: sucessos e fracassos na reestruturação do panorama securitário na América Latina

A situação latino-americana e a emergência de uma nova proposta

Como vinha sendo descrito no capítulo anterior, o início da década de 1980 na América Latina é marcado por uma crise económica. Para a superar entraram em cena os planos de ajustamento estrutural do Fundo Monetário Internacional (Lander e Navarrete, 2008). O neoliberalismo chegava em força à Venezuela, pátria de Bolívar, e uma das primeiras medidas seria a adopção de um plano de ajustamento estrutural supervisionado pelo Fundo Monetário Internacional (Fernandes, 2008), sujeitando o governo de Carlos Andrés Pérez a larga contestação social, num episódio que ficou conhecido como *Caracazo* (Figuroa, 2006). Deste descontentamento resultou uma inflexão política favorecendo alternativas não neoliberais, provocando uma ruptura no entendimento social-democrata que governava o país, e deslocando o espectro político para a esquerda (Parker, 2005; Lander e Navarrete, 2008).

Após o falhanço do modelo “desenvolvimentista”, o desenvolvimento no contexto latino-americano passou a ser relacionado com crescimento económico, e consequentemente, com a doutrina neoliberal (Dello Buono e Lara, 2006).

É este o contexto político interno que faz emergir Hugo Chávez e o *Movimento Quinta República* (MVR), conduzindo a aliança *Polo Patriótico* à vitória nas eleições presidenciais de 1998, com um programa que rejeita liminarmente o “capitalismo selvagem”, ou seja, um programa marcadamente anti-neoliberal, denominado “Agenda Alternativa Bolivariana”, que defende a existência de um

sistema produtivo misto (público/privado) (Parker, 2005; Figueroa, 2006). Esta proposta “bolivariana” foi acompanhada de um adequado enquadramento normativo/institucional, confirmado pela nova constituição aprovada em referendo no ano de 1999.

A Assembleia Constituinte, que assumiu a missão de dotar a Venezuela de um novo texto constitucional, contava com uma larga base de representantes oriundos de organizações e movimentos de defesa dos Direitos Humanos, que forçaram a inclusão na proposta a ser referendada, uma visão alargada de direitos civis e também de direitos sociais (Fernandes, 2008).

No entanto, a prática económica nesta fase (que privilegia a estabilidade macroeconómica, através de disciplina fiscal e controlo monetário) não coincide com a radicalidade do discurso político (Fernandes, 2008), com a excepção da relação com a indústria petrolífera nacional (Parker, 2005). Será a partir do ano 2000 que as linhas orientadoras para o desenvolvimento económico venezuelano serão traçadas, com a surpreendente preocupação em saldar a dívida externa, e de corresponder com o pendor social do discurso político (Parker, 2005), mas apenas em 2002 a ruptura será total, motivada pela acção de forças reaccionárias internas (Fernandes, 2008).

O documento que consubstancia estas alterações, “Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de La Nación 2007-2013”³⁵, traça um conjunto de orientações político-económicas que visam um crescimento socioeconómico

³⁵ Ver Gobierno Bolivariano de Venezuela (2007) “Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de La Nación 2007-2013”. Caracas. Disponível em http://www.gobiernoenlinea.ve/noticias-view/shareFile/lineas_generales_de_la_nacion.pdf.

sustentável, aproveitando as oportunidades proporcionadas pelos rendimentos obtidos pela exploração petrolífera, com o intuito de incentivar a produção agrícola, industrial e do sector dos serviços, de forma a exportar para os mercados globalizados e a suprir a generalidade das necessidades internas.

Este modelo não é anti-capitalista, é sim anti-neoliberal (Figueroa, 2006), e claramente influenciado pelo pensamento político-económico que emerge das propostas desenvolvidas pela Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL) do Conselho Económico e Social das Nações Unidas desde a década de sessenta, e assume-se nitidamente como modelo alternativo. Serão as dimensões sociais do projecto "bolivariano" que irão conduzir à radicalização do modelo político, e ao despontar do Socialismo do Século XXI.

É desta conjuntura interna que a Venezuela irá emergir como pólo dinamizador de integração regional. A influência directa da adopção das teorias económicas neoliberais nas dificuldades sentidas pela generalidade dos países latino-americanos reforçou o sentimento da indispensabilidade da integração. A alternativa proporcionada pelo exemplo venezuelano, e a dinâmica bilateral iniciada com Cuba, tornavam-se extremamente atractivas para Estados que ambicionavam romper com vínculos neocoloniais, e procurar novos modelos de desenvolvimento e segurança (Dello Buono e Lara, 2006). A Alternativa Bolivariana surge então como repositório natural para algumas destas aspirações.

As políticas das "missões" venezuelanas foram instituídas com o intuito de atacar directamente alguns problemas sociais, contornando a burocracia do

aparelho estatal e as armadilhas de exclusão do sistema. Na primeira fase da integração “bolivariana”, em que esta se resumia à interação entre Cuba e Venezuela, as “missões” constituíram exemplos concretos de abordagens criativas a problemas de segurança humana, que contribuem de forma decisiva para que outros Estados se juntem à organização.

As missões dedicadas ao ensino (*Simoncito, Robinson I e II, Ribas e Sucre*) levaram os vários níveis de educação às populações mais desfavorecidas, rompendo com o círculo de perpetuação da condição social provocado pelo acesso limitado ao ensino por parte das classes populares (Holland, 1976; Nakatani e Herrera, 2008). Os níveis de iliteracia na América Latina sempre constituíram um entrave ao desenvolvimento económico da região, e a abordagem cubana e venezuelana em lidar com este problema tornou-se paradigmática. Esta iniciativa recai para o domínio da segurança política, económica e pessoal.

As missões *Habitat* e *Negra Hipólita* lidam com os problemas da habitação urbana (segurança comunitária e pessoal). Por sua vez, a missão *Zamora* incide sobre a produção agrícola e servia de antecâmara a uma reforma agrária, enquanto a missão *Vuelvan Caras* se dedicava às questões do emprego e *Vuelta al Campo* servia de complemento (combate ao desemprego através do regresso ao campo) (Nakatani e Herrera, 2008) (segurança alimentar, comunitária, económica e ambiental). *Guaicaipuro* e *Piar* constituem missões dedicadas, respectivamente, à defesa do indigenismo e cultura local, e da

sustentabilidade ambiental das comunidades mineiras (segurança ambiental, e comunitária).

As missões *Barrio Adentro* e *Merca!* foram as que mais directamente beneficiaram e proporcionaram espaço para a cooperação regional. A missão *Barrio Adentro*, dedicada a proporcionar cuidados médicos a populações vulneráveis envolveu essencialmente médicos de origem cubana, obtendo resultados extremamente positivos, abrangendo dezassete milhões de venezuelanos (Fernandes, 2008) (segurança na saúde). Esta missão foi complementada com outras duas *Milagro* (com uma abrangência hemisférica) e *Sonrisa*, que proporcionavam outros serviços médicos.

Cuba desenvolve desde 1999 um sistema de ensino de medicina vocacionado para a solidariedade latino-americana e politicamente consciente, onde convida estudantes do continente a engrossarem as fileiras da sua Escola Latino-Americana de Medicina, sem restrições financeiras à sua admissão e livres do pagamento de propinas, criando uma extraordinária ferramenta de política externa (Bustamante e Sweig, 2008).

As missões *Merca!* intervieram sobre as preocupações com a segurança alimentar das populações, procurando evitar a alta de preços e a especulação, através da criação de “supermercados sociais”, que servem dez milhões de pessoas (Nakatani e Herrera, 2008), com preços subsidiados (até quarenta por cento abaixo do preço de mercado) para debelar os problemas de nutrição (Fernandes, 2008) (segurança comunitária, na saúde, alimentar e económica).

O financiamento destes projectos de intervenção social directa advém de uma divisão vertical dos lucros provenientes da exploração petrolífera, uma vez que a estrutura de redistribuição está sob alçada da petrolífera estatal *Petróleos de Venezuela* (PDVSA) (Fernandes, 2008), ou de dois fundos por ela criados, o Fundo para o Desenvolvimento Económico e Social (FONDESPA) e o Fundo para o Desenvolvimento Nacional (FONDEN). Estes totalizam 7,3 por cento do produto interno bruto de investimento no sector social, enquanto o governo central investiu 13,6 por cento no ano de 2006 (Nakatani e Herrera, 2008). O número de “missões” ronda as vinte e oito, mas provavelmente o seu número irá aumentar no futuro, à medida que se identificam novas necessidades e se desenvolvem novas estruturas para lidar com elas (Espanña, 2008).

Estes exemplos de “missões”, na sua exequibilidade e rapidez, passaram a constituir um modelo ambicionado por outros países para debelarem problemas internos, e simultaneamente constituem exemplos de fácil exportação³⁶. O desenvolvimento, na sua aplicação bolivariana, passa a ter como objectivo os indivíduos em detrimento dos lucros (Brennan e Olivet, 2007).

A “diplomacia médica” cubana, bem como o exemplo que as “missões” constituem, contrastam directamente com o tipo de incentivos ao desenvolvimento promovidos pelos EUA a todos os níveis. Os seus métodos obtêm resultados visíveis a curto prazo, os seus meios são modestos e aplicados de forma racionada, e a sua abordagem centra-se nas comunidades,

³⁶ Basta comparar a similaridade entre estes projectos aplicados na Venezuela e a proposta da ALBA de os transpor para a região das Caraíbas. Esta tentativa está patente num documento do BANCOEX. Ver Banco de Comércio Exterior (BANCOEX), disponível em http://www.alternativabolivariana.org/pdf/alba_mice_en.pdf.

uma abordagem distinta da tradicional postura americana, que por vezes desloca mais fundos para cobrir as despesas dos projectos, do que investe directamente nestes (Bustamante e Sweig, 2008), logo, o grau de sucesso das iniciativas é bastante distinto, numa análise custo-benefício, onde a diplomacia bolivariana dá cartas.

Por outro lado, outras iniciativas de integração regional cristalizaram na integração económica, com dificuldades em desencadear um processo de *spill-over* para a dimensão política. Como já foi previamente analisado, as dinâmicas de integração regional, baseadas no modelo de sucesso que representou a integração europeia, constituem um dos factores que conduziram ao novo regionalismo na América Latina.

Como é possível comprovar na tabela do Anexo 1, nas mais relevantes organizações regionais, a intensidade das trocas e a percentagem de comércio intra-regional ou estagnou ou decresceu entre 1999 e 2006. Esta incapacidade em reforçar a unidade regional através das trocas comerciais também explica o facto de uma organização de carácter marcadamente político como a ALBA poder constituir um modelo alternativo. Tanto as organizações do espectro do sistema interamericano, como outras organizações regionais de iniciativa local (como a CAN e o MERCOSUL) são incapazes de aprofundar o processo de integração regional.

ALBA: membros, objetivos e dimensões

A ALBA possui actualmente nove estados membros, sendo eles: Antígua e Barbuda; Bolívia; Cuba; Dominica; Equador; Honduras; Nicarágua; São Vicente e Granadinas; Venezuela. A sua formação remonta ao ano de 2004, onde a

iniciativa foi lançada a 14 de Dezembro em Havana, como consubstanciação da aliança formada entre os governos de Cuba e da Venezuela.

Os objectivos enunciados pela organização são abrangentes, e apenas alguns aspectos já foram alvo de concretização. Entre os princípios da ALBA contam-se o “incremento das trocas e do investimento, baseado numa lógica de cooperação para melhorar o nível de vida das populações e não tendo como objectivo último o lucro”, educação e saúde gratuitas universais, contrabalançar o poder dos meios de comunicação neoliberais e dos EUA através da criação de uma rede mediática própria, reforma agrária e segurança alimentar, criação de empresas estatais e desenvolvimento da indústria básica (Bossi, 2005), com o intuito de atingir um grau de independência económica para os estados-membros.

Existe ainda uma tentativa deliberada de estabelecer relações com determinados sectores da sociedade civil, nomeadamente movimentos sindicais, estudantis e sociais (Hattingh *apud* Armijo e Kearney, 2008), incentivando uma democracia de base, com mecanismos de consulta popular e novos níveis intermédios de governação (rede municipal latino-americana; parlamento regional; mecanismos de fiscalização da actividade política) e ainda uma vertente ambientalista, com forte relação com as culturas locais e o indigenismo (Harris e Azzi *apud* Armijo e Kearney, 2008).

Nos seus objectivos gerais, a ALBA aborda todas as dimensões do abrangente conceito de segurança humana. Confirma ainda a possibilidade avançada por Buzan e Wæver (2003: 464) de que a globalização neoliberal provoca um

incremento na integração regional, e na constituição de complexos regionais de segurança, ao constituir um dos principais fenómenos responsáveis pelo alargamento da agenda securitária a ameaças não tradicionais. A ALBA encerra porém, na localização geográfica dos seus estados-membros, uma contradição relativa aos complexos regionais de segurança, definidos pela escola de Copenhaga para o hemisfério ocidental, ao agrupar membros de ambos os complexos regionais (América do Norte e América do Sul), e de três subcomplexos diferentes (centro americano (do complexo Norte); andino e cone Sul (do complexo Sul)).

Estruturalmente, a organização apresenta uma preponderância da diplomacia de cimeira, onde o principal órgão de decisão é o Conselho de Presidentes. Um degrau abaixo na configuração institucional encontram-se o Conselho de Ministros e o Conselho de Movimentos Sociais (Congresso Bolivariano dos Povos). Para a aplicação das linhas políticas traçadas, foram criadas sete comissões (política, social, económica, investimento e finanças, energética, ambiental e da juventude)³⁷, duas subcomissões (da água e da mulher) e um secretariado permanente (Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores de la República Bolivariana de Venezuela - Viceministerio para América Latina y el Caribe, 2007: 26).

³⁷ Relativamente às dimensões do conceito de segurança humana, analisando o documento final da V Cimeira da ALBA (2007), nestas comissões encontro a seguinte correspondência: Segurança Ambiental – Comissão Ambiental (e Subcomissão da Água) e Comissão Económica; Segurança Política – Comissão Política e Comissão Económica; Segurança Económica – Comissão Económica, Comissão de Investimento e Finanças e Comissão Energética; Segurança Alimentar – Comissão Social e Comissão de Investimento e Finanças; Segurança na Saúde – Comissão Social; Segurança Pessoal – Comissão Social e Comissão da Juventude (com a Subcomissão da Mulher) e Segurança Comunitária – Comissão Social.

O facto de se institucionalizar a participação dos movimentos sociais na estrutura da ALBA constitui uma inovação importante, mais relevante ainda porque se coloca no mesmo patamar que o Conselho de Ministros. A decisão de os integrar institucionalmente ocorre na “Cimeira de Tintorero” (V Cimeira, de Abril de 2007), e na cimeira seguinte, o número de representantes presentes ascende a cento e cinquenta organizações (de la Barra *apud* Lozano, 2008). Os seus objectivos passam por alargar a participação a movimentos de todos os países do hemisfério, incluindo os EUA (de la Barra *apud* Lozano, 2008).

Entre os participantes mais destacados encontram-se *Mujeres Insurgentes* (México), FMLN (El Salvador), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Brasil), *Central Unitaria de Trabajadores*, Partido Comunista do Chile, e o movimento internacional de camponeses *Via Campesina* (Harris, 2007). Esta relação de proximidade deve-se à aproximação desenvolvida pelos novos líderes latino-americanos e os movimentos sociais que partilharam os espaços de discussão do Fórum de São Paulo, contribuindo para a sua ascensão ao poder através da sua intervenção política.

Neste sentido, e analisando agora a concretização das medidas económicas, em Dezembro de 2007 foi criado o *Banco del Sur*, como alternativa às instituições financeiras internacionais dominadas pelo neoliberalismo (Nakatani e Herrera, 2008). O *Banco del Sur* resulta de um acordo entre a Venezuela, Bolívia, Argentina, Equador, Brasil, Paraguai e Uruguai, onde o compromisso venezuelano (tanto em termos políticos, como em disponibilização de capital, 3 biliões de dólares de um total de 7 biliões) foi decisivo para a concretização do

projecto. O seu compromisso com a redução da pobreza e a integração regional é tão natural como o direito à igualdade entre estados-membros no processo de decisão (Hibben, 2008). Neste quadro, foi ainda aprovada na sétima cimeira da ALBA, a adopção de um Sistema Único de Compensação Regional (SUCRE), e a constituição de uma moeda virtual para o bloco, o prelúdio de uma zona monetária comum.

A gestão e a repartição dos lucros provenientes da exploração petrolífera são geridas pelo *Petrosur* (uma tentativa de criação de uma empresa pública, que inclui a Venezuela, a Argentina, o Brasil e o Uruguai) e pelo *Petrocaribe* (cujos estados-membros são treze membros do CARICOM, a República Dominicana, Cuba, Venezuela, Honduras, Guatemala e Nicarágua) (Lander e Navarrete, 2008; Nakatani e Herrera, 2008), estando ainda prevista a criação de uma *Petroandina* (que terá como membros a Bolívia, o Equador, o Peru e a Colômbia se se registar uma franca melhoria nas suas relações com os demais estados-membros) (Armijo e Kearney, 2008).

Outro grande contributo para a institucionalização da ALBA foi a criação da *Telesur*, um projecto mediático cujo intuito é combater a influência política exercida pela CNN no continente (Salazar, 2007). A esta iniciativa lançada em 2005 pela Venezuela aderiram a Argentina, Cuba e o Uruguai.

Num momento em que a preocupação com o aumento do preço dos bens alimentares é crescente, é ainda pertinente frisar, enquanto medida económica, a importância da criação da Rede de Comercialização Alimentar como medida de combate à especulação e em defesa da soberania alimentar, que possui um

capital inicial de 100 milhões de dólares americanos. A iniciativa é inspirada pelos sucessos da “missão Mercal”, e da rede de supermercados sociais, sendo que uma das suas componentes passa pela criação de empresas “gran-nacionais” (por oposição a multi/transnacionais) para fomentar a produção agrícola.

Também o sucesso resultante da experiência adquirida pelas “missões” venezuelanas está relacionado com a alfabetização quase completa das populações dos estados-membros da ALBA, bem como com um substancial acréscimo no nível de escolaridade médio (Weisbrot, 2008). Numa primeira análise, e sem profundidade cronológica para aferir da sua sustentabilidade, os dados disponíveis indicam ainda uma redução da pobreza, e uma diminuição significativa no desemprego formal (Weisbrot, 2008).

Uma outra dimensão securitária explorada pela ALBA é a segurança política. Os seus objectivos incluem uma participação social alargada, valorizando os *inputs* de organizações de massas e da sociedade civil. A participação popular na elaboração de orçamentos e o recurso ao plebiscito e outras formas de consulta popular são dinâmicas que reforçam a participação política. Um dos projectos que conjuga participação política e alfabetização decorre nas zonas rurais da Bolívia, onde um investimento de um milhão e meio de dólares visa proporcionar aulas de alfabetização via rádio, e simultaneamente desenvolver os meios de comunicação locais (Bustamante e Sweig, 2008).

Quantificar com exactidão os sucessos que advém desta dinâmica de integração e desta nova agenda securitária é um processo difícil a vários níveis. Enquanto

organização internacional remonta apenas a 2004, com uma janela cronológica de apenas cinco anos para analisar políticas que prometem transformações estruturais na sociedade, mais viradas para o longo prazo. A acrescer a este parco período cronológico, um terço dos estados-membros aderiu à organização em finais de 2008. Os dados expostos no Anexo 2³⁸, e sobre os quais recairá a minha avaliação, terão de ser encarados com as devidas reservas, e apenas podem ser enunciados a título meramente indicativo. Existem ainda dificuldades em recolher informações, sobretudo de uma perspectiva comparada, de agências especializadas, sobre “segurança humana”, uma vez que só recentemente o conceito chegou ao topo da agenda securitária.

Indicadores como o saneamento, o acesso a água potável, a percentagem de população subnutrida, o nível de esperança de vida, as taxas de literacia, o crescimento do produto interno bruto, a variação nos preços para o consumidor, os termos de troca e a dívida, mostram uma tendência generalizada para um progresso significativo nos países da ALBA ao longo das últimas décadas. Estes indicadores podem ser relacionados com um incremento de segurança humana, na área política, alimentar, económica e da saúde, e indirectamente, nas áreas pessoal e comunitária.

Relativamente à segurança ambiental e sustentabilidade ambiental, a tendência é diferente, apesar de dois estados-membros (Cuba e São Vicente e Granadinas) aumentarem a percentagem de área florestal do seu território e de Cuba ser o único país a reduzir as emissões anuais de CO². Esta tendência não

³⁸ Baseado nos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD.

será de todo incompreensível se, como estamos a tratar de países em desenvolvimento, esperarmos que este nível de emissões aumente com o desenvolvimento económico, como se tem verificado noutros casos.

Relativamente à segurança política, além da dimensão intra-estatal, os já referidos exemplos da constituição de um parlamento latino-americano com base em São Paulo, da rede municipal regional, e a criação de mecanismos de monitorização da actividade política e da corrupção constituem uma abordagem regional da dimensão de segurança política. Há ainda o envolvimento de actores não estatais, como movimentos sociais e de trabalhadores e organizações não-governamentais, como a *Via Campesina*, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* e a Organização Continental Latino-americana e Caribenha de Estudantes, bem como uma dinâmica de organização política de base desencadeada pela extensão internacional dos chamados "Círculos Bolivarianos" (Armijo e Kearney, 2008).

Esta organização regional funciona como acervo securitário de estados que se comprometeram em abordar problemas político-económicos que obrigam a um questionamento do modelo neoliberal (Salazar, 2007). Nesta iniciativa de integração regional repousam as expectativas de desenvolvimento e cooperação de nove Estados latino-americanos. As características do projecto, e a dinâmica integradora por ele criada, perspectivam futuras adesões.

Porquê o Socialismo do século XXI?

Os resultados económicos desta intervenção social profunda e crescente começaram a ser visíveis e, conjugados com a construção de uma nova

cidadania resultaram em medidas transformadoras que vão claramente além de objectivos paliativos sobre os efeitos do modelo capitalista. Existe pois uma dupla contradição entre a dinâmica social e o discurso político por um lado, e o modelo económico por outro (Figueroa, 2006).

Assume-se então como indispensável pensar outro modelo económico que corresponda a estas expectativas. Surge no discurso de Hugo Chávez o conceito de "Socialismo do Século XXI", pela primeira vez em 2004 (seis anos após a chegada de Chávez ao poder). Este conceito de "Socialismo do Século XXI" tem sido desenvolvido por István Mezsáros, surgindo no seu livro "Beyond Capital", em que defende a necessidade de uma síntese "além capitalismo". A esta proposta respondeu Samir Amin com a necessidade de esta proposta possuir um carácter socialista (Amin, 2001: 17), remetendo-nos para o Apelo de Bamako (Amin, 2007), ligando umbilicalmente a emergência desta nova proposta teórica ao estruturalismo e aos analistas dedicados ao estudo das relações Norte-Sul.

Michael Lebowitz (2006) realça a forma como o Movimento Bolivariano na Venezuela inclui nas suas componentes práticas o conceito de "Socialismo do século XXI",

uma sociedade em que o objectivo explícito não é o crescimento do capital ou dos meios materiais de produção mas, pelo contrário, o próprio desenvolvimento humano – o crescimento das capacidades humanas".

Esta sociedade alternativa ao capitalismo, que se caracteriza fundamentalmente por uma oposição aos modelos de socialismo desenvolvidos durante o século XX, e que introduz um novo conceito de "Economia Social" e "Produção Social"

(Sousa Santos, 2007), possui nos seus enunciados ideológicos fortes componentes do conceito de segurança humana, e da dimensão emancipatória que lhe é atribuída pela "Escola de Aberystwyth". As dimensões do Socialismo do Século XXI, enquanto teoria política, vão muito além da simples satisfação de necessidades humanas básicas. Consiste numa nova proposta de superação das limitações impostas ao ser humano, quer pela natureza quer pela sociedade, tendo por objectivo a emancipação humana, uma reedição do "homem novo" marxista.

Esta nova interpretação do conceito de "socialismo", e simultaneamente o grau de penetração que o conceito de segurança humana obtém nos países da ALBA, pode ser lido nas palavras do presidente boliviano Evo Morales, e líder do *Movimiento Al Socialismo*, que caracteriza desta forma o conceito

Viver em comunidade e igualdade... É um modelo económico baseado na solidariedade, reciprocidade, comunidade e consenso. Porque, para nós, democracia é consenso. Numa comunidade existe consenso, no sindicato há maiorias e minorias... e além disso significa respeitar a Mãe Terra, a *Pacha Mama* (Dieterich, 2006 apud Foran, 2008).

Esta mudança no discurso político de Chávez, que até então se encontrava relativamente isolado no contexto latino-americano, aproximou-o ainda mais de Cuba, não constituindo surpresa, que ambos os países possuindo um objectivo comum de construção de uma sociedade socialista, encetassem a construção de uma organização regional, consubstanciada em 2004 com o surgimento da ALBA.

A construção de uma nova alternativa política à margem das fórmulas previamente estabelecidas do socialismo é uma opção lógica no contexto

ideológico da ALBA. Recorrendo ao acervo histórico do “bolivarianismo”, teóricos como o peruano Mariátegui, que afirma que “nesta parte do mundo [o socialismo] será criação heróica, nunca cópia ou decalque”, ou Simón Rodríguez, que afirma que “ou inventamos ou erramos”, reforçam a ideia de Fernando Ramón Bossi³⁹ (2005) de que “a tarefa de construir a ALBA será sem manuais ou “fórmulas mágicas”.

O “Socialismo do século XXI”, enquanto substrato ideológico, constitui uma alternativa demasiado difusa e pouco estruturada. No entanto, há alguns traços tanto no seu processo de desenvolvimento como de aplicação que se tornam atraentes aos que ambicionam libertar-se do neoliberalismo.

Enquanto teoria política o “Socialismo do século XXI” só nos permite decifrar os seus objectivos a médio e longo prazo, ficando a acção presente ao sabor de conjunturas particulares, sem uma sólida base teórica que permita padronizar a resposta, num claro contraste com a abordagem do socialismo “tradicional”, alicerçada em um século e meio de experiências revolucionárias (Molina, 2003). Na sua aplicação no contexto latino-americano, esta indefinição forçou o recurso a três processos que foram mal acolhidos pela opinião pública Ocidental: a liderança carismática (apelidada de populista), a tendência plebiscitária e o discurso de ruptura com as instituições anteriores (Molina, 2003).

³⁹ Fernando Ramón Bossi é o Secretário da Organização do Congresso Bolivariano dos Povos, organização que compreende movimentos sociais “bolivarianos” da América Latina e Caraíbas, que funciona paralelamente à ALBA.

A indefinição clara da alternativa é, para alguns autores, uma estratégia política deliberada. Permite a criação de alianças políticas com um grau de entendimento elevado e plurais na sua constituição, mas de comunhão ideológica mais reduzida, bem como uma aplicação de modelos económicos caso a caso, sem uma necessária conformidade ou uniformidade teórica (Molina, 2003).

A Alternativa Bolivariana enquanto acervo securitário

Existe uma justificação cultural, económica e política para a constituição da ALBA enquanto acervo securitário. As dinâmicas da globalização e as ameaças securitárias transformaram o processo bolivariano no repositório das esperanças de alguns Estados latino-americanos em atingirem segurança humana (e emancipação) e desenvolvimento (sustentável). Também outros actores ao nível intra-estatal e supra-estatal influenciam o processo.

A ALBA, enquanto estrutura multilateral regional, possui uma matriz anti-neoliberal e anti-capitalista, com o objectivo de conter os efeitos nefastos da globalização neoliberal e travar as derivas imperialistas dos Estados Unidos (Bossi, 2005). Entre os seus objectivos contam-se a promoção das relações comerciais entre os estados-membros, suprimindo inclusive as barreiras alfandegárias em alguns produtos, a eliminação da pobreza e o combate à exclusão social, que representam a faceta social do modelo de desenvolvimento, e que constituem o cerne da proposta política (Harris e Azzi *apud* Armijo e Kearney, 2008).

Quais são então as particularidades que distinguem a ALBA de processos de integração como o europeu ou mesmo o federalista nos EUA? Nas palavras de Bossi (2005)

De nada servem os exemplos da União Europeia nem, muito menos, a forma como os Estados Unidos alcançaram a sua unidade, à custa de rapina, genocídio indígena e invasões. A União Europeia também não, porque essa união estabelece-se de maneira defensiva, sob parâmetros do capitalismo e só para acumular força na sua concorrência com os Estados Unidos e o Japão. A União Europeia é uma estratégia de uma série de países no quadro da luta inter-capitalista e interimperialista. Nenhum destes são modelos de integração que possam servir aos latino-americanos caribenhos. É por isso que os americanos do Sul terão que inventar, mergulhar na nossa história, escutar as "vozes do passado que nos iluminam o futuro", no dizer de Eduardo Galeano; implantar um modelo endógeno regional que conduza à unidade, que seja produto da nossa própria obra, para cobrir as nossas necessidades e representar os nossos interesses.

Esta interpretação de Bossi corresponde à interpretação que Martí desenvolveu no final do século XIX acerca da mesma possibilidade, como identificado no primeiro capítulo. De onde advém então a possibilidade de estabelecer um modelo endógeno?

Como tem sido analisado ao longo deste trabalho a América Latina, e a ALBA neste caso particular, apresentam especificidades securitárias. Ao nível conceptual, a profunda e intensa relação entre o nível intra-estatal e trans-estatal (com a participação dos movimentos sociais), o nível estatal e o nível supra-estatal (com a ALBA), permite uma inversão da proposta de Jorge Nef (1999), de que as novas ameaças securitárias só podem ser combatidas através do estabelecimento de comunidades de segurança, com uma dimensão local e intra-estatal, e projectar a mesma comunidade de segurança para o nível regional. É este o objectivo da agenda promovida pelos movimentos sociais, que explica assim a integração de actores não estatais e transnacionais em

todo o processo, relacionando novos e “tradicional” actores de segurança, nos três níveis do processo securitário (os novos “regional” e “intra-estatal”, e o “tradicional”, nível estatal).

O conceito de acervo securitário explica a relação entre estes três níveis e a forma como estes actores projectam as suas intenções de estabelecer relações que permitam combater ameaças à sua segurança. A ALBA, enquanto organização regional com uma agenda securitária, é o correspondente conceptual às comunidades de segurança intra-estatais no plano internacional, e ambas constituem acervos securitários, as comunidades de segurança de actores locais (intra-estatais) e as organizações regionais de actores dos três níveis identificados.

Também o modelo da “ampulheta” de Wæver se ajusta a este modelo explicativo. A estreita relação entre actores intra-estatais e o nível estatal ajudam a caracterizar o estado como instrumento de projecção externa e interna da agenda securitária destes actores. O acervo securitário funciona como repositório da agenda securitária de actores estatais, intra-estatais, trans-estatais e regionais. No caso da ALBA, o Estado é utilizado como instrumento securitário e não como referente. Já a ALBA, enquanto organização regional, assume simultaneamente o papel de agente e referente, pois representa não só um mecanismo para combater a insegurança, como constitui também uma comunidade de segurança.

Esta relação entre comunidades de segurança, como actores intra-estatais, e a dimensão regional é mais facilmente apreendida se conceptualmente se

avançar no sentido de examinar segurança societal e comunidades de segurança para lá do estudo de minorias étnicas, culturais, religiosas e etc., e aceitar que estas possam ser constituídas por outras relações sociais, como por exemplo solidariedades classistas, cujas ameaças que sobre elas pendem não são de natureza predominantemente identitária – o caso da ALBA é uma vez mais paradigmático. Uma abordagem deste tipo é, como classificada por Paul Roe (2006), um construtivismo securitário próximo da visão de Bill McSweeney e que se afasta da noção de Buzan e Wæver de que estes grupos são “entidades que existem na natureza”.

As relações entre os actores e agentes securitários ao nível intra-estatal com o nível regional ainda estão por explorar teoricamente de forma profunda. As reflexões aqui expostas não pretendem ser conclusivas, mas sim ser o ponto de partida para o desenvolvimento desta temática. No entanto, é possível concluir de forma imediata que a teoria dos complexos regionais de segurança é insuficiente para a explicação destas relações.

Sucessos na integração e evolução da organização

A ALBA obteve recentemente um grande sucesso em matéria de projecção de uma política externa comum, ao agir como grupo de pressão dentro da Organização de Estados Americanos, no sentido de revogar a expulsão de Cuba da organização. Esta vitória diplomática representa mais uma lesão no sistema interamericano dominado pelos Estados Unidos, e este sucesso deixou no ar a possibilidade de este tipo de coordenação ser utilizado noutro tipo de contextos, como no seio das Nações Unidas, como solicitou a Ministra dos

Negócios Estrangeiros hondurenha, Patrícia Rodas, durante a sexta cimeira extraordinária da ALBA (Suggett, 2009a).

O principal objectivo por detrás do desencadear do processo de integração regional “bolivariano”, o combate à ALCA, foi atingido. A organização económica proposta pelos EUA, e que viria reforçar o sistema interamericano por ele liderado, foi rechaçada, e o próprio equilíbrio de forças dentro do sistema foi alterado em favor dos estados latino-americanos.

Este tipo de concertação está a ser desencadeado por ocasião da crise política nas Honduras, que culminou no golpe de estado contra o presidente Manuel Zelaya, tendo sido frutífero ao extrair declarações favoráveis a Zelaya não só de outros membros da ALBA, mas também de estados vizinhos menos comprometidos com o processo de integração, como a Guatemala ou a Costa Rica, que recebeu inclusivamente o presidente deposto. Os EUA, corroborando a perspectiva de que a correlação de forças se altera na América Latina, pela voz da Secretária de Estado Hillary Clinton, condenaram o golpe de estado (Reuters, 2009), bem como a própria OEA (Suggett, 2009b).

Com este sucesso em mente, os presidentes da Bolívia e da Venezuela, Evo Morales e Hugo Chávez respectivamente, propuseram duas alterações substantivas. Evo Morales, que havia proposto em 2006 a elaboração de “Tratados de Livre Comércio dos Povos” (TCP) entre os estados-membros, por oposição aos “Tratados de Livre Comércio” fomentados pelos EUA com o falhanço da ALCA, avançou com a integração da sigla TCP na denominação da organização, que passaria a ALBA-TCP. Por ocasião da sexta cimeira

extraordinária da organização, Hugo Chávez solicitou a alteração da designação da organização de "Alternativa" para "Aliança", uma terminologia que reflecte a concretização da alternativa e o estreitamento das relações entre os estados-membros (Suggett, 2009a).

Ambas as propostas foram adoptadas, reforçando o carácter alternativo da ALBA, a sua agenda social e institucionalizando esta relação de proximidade que se tem desenvolvido entre os estados-membros. A dinâmica de "aliança" ficou patente com a reacção ao golpe de Estado nas Honduras, em 28 de Junho de 2009, onde os Chefes de Estado, bem como os movimentos sociais, se apoiaram mutuamente de forma instantânea e coordenaram esforços para reinstalar Manuel Zelaya na presidência.

Para o ano de 2009, com a estabilidade energética atingida, bem como o desenvolvimento económico do bloco, através do incremento das trocas entre membros, e alguns factores estruturais como o analfabetismo e questões de saúde a serem objecto de programas de intervenção directa, o futuro imediato da organização passa por: aprofundar a integração económica através da referida "Zona Monetária Comum"; desenvolver os mecanismos de segurança alimentar, através de criação de empresas "gran-nacionais" no sector agrícola e pescas, e numa rede de distribuição alicerçada no incremento da produção agrícola dos estados-membros.

Estes sucessos, e a aliança institucionalizada com os movimentos sociais, provocaram uma ascensão da agenda de "segurança humana" na cadeia política estatal, passando de um slogan que anima os fóruns das organizações

não governamentais, para o alto nível da diplomacia dos estados-membros (Tolochko, 2009), e o para as altas agências governamentais (Torrealba, 2006).

A resposta norte-americana

Se até aqui temos caracterizado a ALBA como um modelo de integração do sistema interamericano idealizado por Bolívar e Martí, de configuração anti-neoliberal, com um projecto socialista, uma agenda de segurança humana e com uma dinâmica de integração que reforça uma reconceptualização do panorama securitário da América Latina, é também importante analisar de que formas os EUA, enquanto actor preponderante na evolução histórica que conduziu a este processo, se posicionam perante estas inovações. Como analisámos no final do capítulo II a administração de W. Bush conhece um mínimo histórico nas relações com a América Latina.

Enquanto a América Latina caminha na direcção da adopção de uma agenda de segurança humana, a resposta dos EUA à perda de hegemonia sobre o hemisfério ocidental, bem como às novas ameaças securitárias que emergem, vai ser do tipo tradicional, no sentido político-militar. No texto de Max Manwaring (2007), sobre a nova ameaça assimétrica protagonizada por Chávez, ficamos a conhecer que a perspectiva norte-americana sobre o novo equilíbrio de forças na América Latina permanece inalterada.

A ameaça do "bolivarianismo" é perspectivada, como elucida o quadro teórico pós-estruturalista, como uma resistência patológica. Na época do "fim da história" e do "TINA", a tentativa de estabelecer uma organização regional que se assume contrária aos interesses americanos é necessariamente uma tentativa fútil de resistência ao modelo totalizante.

Fruto do seu ambicioso projecto de emancipação hemisférica a ALBA promove uma hiperbolização de segurança, com os seus mecanismos de mobilização popular, a corresponderem a uma situação de hipersegurança. Manwaring (2007) esclarece que este é o único tipo de guerra (assimétrica) que os EUA alguma vez perderam.

Propõe então uma estratégia que nada tem de novo, responder à mega insurgência com contra-insurgência. Este tipo de tática também não tem sido muito favorável aos interesses americanos, que como vimos no capítulo II, com as suas operações de baixa intensidade a desalojarem os governos progressistas da América Latina, que acabaram por voltar ao poder décadas depois.

Esta estratégia de contra-insurgência tem dimensões mais musculadas. Três exemplos desta visão americana são a reactivação do Comando Sul das Forças Armadas e também da 4.^a Frota da Marinha dos EUA (Arenas, 2008), e à medida que os EUA perdem postos avançados no continente, com vários governos a exigirem o abandono das bases militares, reforça a sua presença militar na Colômbia, transformada agora numa gigantesca base militar (Borón, 2008).

A abordagem securitária americana, no início do século XXI, no que concerne ao continente americano ainda assenta nos princípios da doutrina Monroe e nos ensinamentos do Almirante Mahan. Citando Michael Dillon e Julian Reid (2001: 44) "é sempre proveitoso lembrar que a forma como os estados se preparam

para a guerra, e a forma como as suas sociedade problematizam a segurança, reflecte directamente o estilo de vida que promovem”.

Conclusões

Uma das primeiras conclusões que se pretende extrair deste trabalho relaciona-se com os projectos políticos que orientam o regionalismo no hemisfério ocidental. Existem pois, como se procurou demonstrar no capítulo I, dois sistemas de integração antagónicos.

O sistema interamericano, idealizado por Henry Clay e concretizado na doutrina Monroe, desenvolvido por Mahan, e implementado de acordo com as especificidades históricas pelas sucessivas administrações americanas, foi construído à medida dos interesses dos EUA, em termos de segurança político-militar e económica, factor que acaba por ditar o seu fracasso. E um outro sistema, imbuído dos ideais republicanos do *Libertador* Simón Bolívar, o sistema pan-americano, herdeiro do Congresso do Panamá, que inspirou Martí a desenvolver o conceito de *Nuestra América*, o bloco oposto à América anglo-saxónica, que constitui a base ideológica do processo de integração “bolivariano”, um projecto emancipatório.

O triunfo do sistema interamericano condicionou o desenvolvimento do continente. A América Latina foi submetida pelo neocolonialismo, e o projecto “bolivariano” caiu no esquecimento. As propostas autóctones foram sufocadas pelo triunfo do neoliberalismo e pelas organizações regionais propulsionadas pelos EUA. Este processo estaria na origem de graves problemas sociais que seriam determinantes para a evolução da região.

A resistência ao modelo norte-americano enveredou por meios violentos, que haveriam de fazer da América Latina um dos primeiros cenários onde as novas

realidades securitárias ficaram visíveis antes mesmo da sua chegada à agenda internacional. Quando os EUA assumiram o seu papel de potência hegemónica com o final da Guerra Fria, estas organizações de resistência tiveram de adaptar-se às novas realidades geopolíticas e enveredaram pela acção política. Mais tarde voltariam ao cenário político para assumirem os destinos das nações latino-americanas.

O neoliberalismo terá consequências gravosas para largas franjas da população latino-americana, através da crise da dívida e da degradação das trocas. A insegurança extravasa a dimensão político-militar tradicional, e abarca novas áreas identificadas pelo PNUD no seu conceito de segurança humana.

Esta agenda será cara para os movimentos sociais, que tentam mobilizar as populações em torno de objectivos concretos para incrementar a sua segurança. Os movimentos sociais latino-americanos terão um papel decisivo no futuro político da região, na configuração institucional das novas organizações regionais. Partilham com os novos líderes políticos um grau de afinidade ideológica, oriundo do Fórum de São Paulo, que lhes permite estimular uma agenda de segurança humana.

Os factores ideológicos bem como os factores históricos exigem uma reconceptualização do espaço securitário do hemisfério ocidental. Os factores culturais e identitários têm de ser reintroduzidos na conceptualização de um complexo regional de segurança na América Latina. Também os factores económicos, a situação neocolonial a que a região está submetida, têm de ser tidos em conta na definição das fronteiras dos complexos de segurança. Uma

mesma ameaça, como o tráfico de droga, provoca inseguranças diferentes consoante o lugar que um Estado ocupa na rede. Assim, apesar da proximidade geográfica, o fenómeno da insegurança provocada pelo tráfico de droga, aproxima mais um Estado como o México a outro Estado como a Colômbia, do que propriamente aos EUA. Tanto no México como na Colômbia a insegurança provocada por esta ameaça tem implicações político-militares, para os EUA o problema da droga é uma ameaça à saúde pública.

Estes factores requerem que para ser analiticamente viável estudar a América Latina de uma perspectiva securitária, é necessário deslocar a fronteira do complexo regional de segurança para Norte, correspondendo com o Rio Bravo no México. A área que este complexo englobaria compreende Estados que possuem características comuns nas áreas que elenquei acima. A predominância da língua espanhola, as relações coloniais/neocoloniais em que se encontram, o seu papel enquanto países em desenvolvimento, aproximam-nos mutuamente mais do que às preocupações securitárias dos EUA.

A proposta de reconceptualização do complexo regional de segurança do hemisfério ocidental consiste então em dois complexos, um norte-americano (EUA e Canadá) e um latino-americano (do Rio Bravo à Patagónia, incluindo territórios insulares), e três sub-complexos, centro-americano e Caraíbas, andino e cone Sul. Esta nova geografia securitária assemelha-se às propostas políticas de unidade latino-americana de Bolívar e Martí, que se opõe a um outro bloco, anglo-saxónico. Apesar das "distâncias geográficas" que as

ameaças percorrem serem maiores, estes estados estão a mundos de distância em termos culturais e económicos.

Também a abordagem ao próprio conceito de segurança humana possui especificidades na América Latina. O embate precoce com as novas realidades securitárias favorece uma abordagem holística ao conceito. A segurança societal das franjas excluídas das sociedades latino-americanas será decisiva para a introdução do conceito na agenda dos movimentos sociais, e na ascensão do mesmo ao Estado. Por sua vez, estas comunidades de segurança, em conformidade com o diagrama da "ampulheta" de Wæver, funcionam como sustentáculo da projecção da agenda securitária do Estado para o panorama regional. Procurei apelidar este processo de "acervo securitário", que consiste na inversão das comunidades de segurança para o plano regional utilizando o Estado como instrumento securitário, por oposição ao seu papel enquanto referente na segurança tradicional.

A agenda securitária tanto dos Estados como dos movimentos sociais que integram a ALBA é profundamente influenciada por uma base ideológica partilhada de inspiração socialista. A tentativa de reformular o socialismo, de forma a fazer dele um modelo político alternativo para o século XXI, encontra reflexo no princípio emancipatório que os pensadores pós-marxistas querem inculcar ao conceito de segurança humana. Não basta a sobrevivência para se considerar uma condição como segura.

É necessário remover também as barreiras que impedem a realização plena do ser humano de acordo com os seus desejos e capacidades. É este o objectivo

do "Socialismo do século XXI", que juntamente com a ideologia "bolivariana", constituem a base teórica para a formação da ALBA.

Enquanto organização regional a ALBA surge como alternativa ao projecto hemisférico dos EUA, e também como resposta à incapacidade de outras organizações regionais em aprofundar a integração com os seus projectos no quadro teórico do capitalismo. Na sua arquitectura institucional estão também presentes os movimentos sociais, e esta contempla ainda comissões que abordam problemáticas de segurança humana. No âmbito da organização foram desenvolvidas iniciativas para debelar ameaças à segurança humana, obtendo graus diferentes de sucesso. Medidas no âmbito da segurança económica, na saúde e na segurança alimentar obtiveram considerável sucesso. Menos bem sucedidas são as medidas no âmbito ambiental, e no âmbito político e social os seus progressos podem ser discutíveis.

Há, no entanto, dois processos que devem ser questionados a longo prazo. A abordagem da dimensão económica securitária assente numa redistribuição dos lucros provenientes da exploração petrolífera, e a sustentabilidade político-ideológica do processo de integração.

Esta preponderância do rendimento petrolífero coloca dois problemas de sustentabilidade. A um primeiro nível, contesta a segurança ambiental, por pactuar com o paradigma energético assente em combustíveis fósseis. Outro nível relaciona-se com a impossibilidade de manutenção do paradigma energético actual, questionando a sustentabilidade de todo o investimento no desenvolvimento industrial deste sector.

Estas contradições estão a ser abordadas através de tentativas de contrariar esta tendência com uma política ambiental valorizadora do indigenismo e da relação das populações com o meio, bem como de uma diversificação da produção industrial regional, alargando o investimento a outros sectores, valorizando também a produção agrícola.

Relativamente aos desafios ideológicos do processo, a sua ideologia difusa, que apesar dos aspectos positivos identificados ao longo deste trabalho fomenta a sua questionação, compromete a sua viabilidade intelectual e académica como alternativa credível. Este aspecto poderia ser contornado por uma definição ideológica clara do projecto em termos políticos e económicos, não parecendo no entanto concretizável no curto prazo, uma vez que a própria dinâmica de construção ideológica do "Socialismo do século XXI" acontece frequentemente através dos desafios colocados pelas suas aplicações práticas.

Uma última reflexão cabe à sustentabilidade política do processo de integração, que foi questionado politicamente desde a sua génese pelos Estados Unidos, e que tem provocado sérios reveses à sua liderança política. Se a ideologia "bolivariana" e o "Socialismo do século XXI" forem disseminados pelo complexo regional de uma forma conjugada e adaptada às necessidades e interesses das organizações de base, o processo sairá reforçado. Esta ideologia vaga constitui uma das principais debilidades do processo, e tem fomentado a resistência política aos líderes bolivarianos, por vezes pacífica e dentro do quadro institucional, ou assumindo posturas mais agressivas, que põem em causa a soberania e a integridade territorial dos Estados.

É necessário aprofundar outras dinâmicas de integração e dimensões de segurança humana com um empenho semelhante ao reservado às questões económicas. Só com uma abordagem multidimensional, agora que aspectos mais prementes como a alfabetização ou a vacinação estão a ser resolvidos, se pode cumprir o sonho de Bolívar e de Martí.

Apesar desta agenda securitária inovadora e de se apresentar como bloco antagónico à potência, o processo de integração desencadeado pela ALBA desenvolve-se rapidamente. A capacidade de criar convergências em torno de um projecto político comum converteu a "alternativa" numa "aliança" que agora marca o tom da política regional latino-americana. A integração económica está consolidada e a integração política avança provocando um efeito de *spill-over* na agenda de segurança humana entre os estados-membros, como se comprova com o exemplo das "missões" venezuelanas. A resposta dos EUA à nova realidade securitária prossegue nos moldes tradicionais da abordagem político-militar.

O estudo da ALBA enquanto modelo de integração regional ou organização internacional que possui uma agenda de segurança humana é um desafio a vários níveis. A sua constituição recente, a sua rápida expansão, a dificuldade em aprofundar a institucionalização do processo de forma a acompanhar este ritmo, e a sobreposição institucional existente são factores que contribuem para dificultar o estudo do processo.

A sua sustentabilidade no tempo também acarreta dúvidas. Por quanto tempo mais a renda petrolífera será suficiente para cumprir com a agenda de

segurança humana? Quanto tempo mais poderá Chávez manter-se no poder? Como será Cuba no pós-Fidel? E qual será o futuro das Honduras? E os EUA estão em processo de declínio inevitável? Ou a sua presença militar crescente no Sul do hemisfério corresponde a uma tentativa de recuperar a hegemonia perdida?

Questões pertinentes que podem levantar dúvidas acerca da viabilidade da ALBA enquanto estudo de caso, mas que no entanto não invalidam a importância do mapeamento histórico desta iniciativa, que possui laços identitários que remontam à época da independência. Mesmo que a ALBA falhe agora, é provável que o projecto "bolivariano" ressurgirá no futuro.

Bibliografia

Amin, Samir (2001) "Imperialism and Globalization", *Monthly Review: An Independent Socialist Magazine*, vol.53, n.2, pp.6-25.

Amin, Samir (2007) "Socialismo do Século XXI", Comunicação apresentada no II Encontro Civilização ou Barbárie, realizado em Serpa nos dias 5, 6 e 7 de Outubro de 2007.

Aravena, Francisco R. (2002) "Human security: emerging concept of security in the twenty-first century" *Human Security in Latin America*. 5-14.

Aravena, Francisco R.; Goucha, Moufida (eds.) (2001) *Seguridad Humana, Prevención de Conflictos y Paz*. Compilação de artigos da reunião de peritos "Paz, Seguridad Humana y Prevención de Conflictos en América Latina y el Caribe", organizada por UNESCO e FLACSO-Chile.

Arenas, Héctor (2008) "Mahan, La IV Flota y José Martí" *Rebelión*, http://www.forumdesalternatives.org/ES/readarticle.php?article_id=5020 [12/11/2008].

Armijo, Leslie; Kearney, Christine (2008) "Competing Visions of Regional Integration: Whither South America?". Artigo apresentado na Conferência Anual da Associação de Estudos Internacionais, Março 24-29, 2008, São Francisco, Califórnia.

Axworthy, Lloyd (2001) "Human Security and Global Governance: Putting People First" *Global Governance*. 7, 19-23.

Banco de Comércio Exterior (BANCOEX),
http://www.alternativabolivariana.org/pdf/alba_mice_en.pdf [27 de Maio de 2008].

Bello, Walden (2007) "Failed Model" *Frontline*, 53-56,
<http://pay.hindu.com/ebook%20-%20ebfl20071019part3.pdf> [5 de Novembro de 2007].

Bielschowsky, Ricardo (1998) "Evolución de las ideas de la CEPAL" *Revista de la Cepal*. Número extraordinario: CEPAL Cincuenta años, reflexiones sobre América Latina y el Caribe,
<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/19373/bielchow.htm> [7 de Julho de 2009].

Bolívar, Simón (1971) *Escritos Políticos*. Madrid: Alianza Editorial.

Booth, Ken (2004) "Realities of Security: Editor's Introduction" *International Relations*. 18(1), 5-8.

Booth, Ken (2007) *Theory of World Security*. Reino Unido: Cambridge University Press.

Borón, Atilio (2008) "A IV Frota destruiu o Império" *Rebelión*,
<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=71635> [27 de Janeiro de 2009].

Bossi, Fernando Ramón (2005) "Construir a ALBA a partir dos Povos" Intervenção no Fórum da III Cimeira dos Povos, Mar del Plata,
http://resistir.info/venezuela/alba_bossi.html [12 de Maio de 2008].

Bouchey et al. (1980) "Documento Santa Fe I - Las relaciones interamericanas: Escudo de la seguridad del nuevo mundo y espada de la proyección del poder global de Estados Unidos" Santa Fé: Comité de Santa Fé, http://www.emancipacion.org/descargas/santafe_I.pdf [13 de Janeiro de 2009].

Brennan, Brid; Olivet, Cecilia (2007) "Regionalisms Futures: The Challenges for Civil Society" *Global Social Policy*. 7(3), 267-270.

Burgess, Peter J. (2007) "Non-military security challenges" in Snyder, Craig (ed.) *Contemporary Security and Strategy*. Londres: Palgrave.

Bustamante, Michael; Sweig, Julia (2008) "Buena Vista Solidarity and the Axis of Aid: Cuban and Venezuelan Public Diplomacy" *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*. 616, 223-256.

Buzan, Barry (1991) *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Londres: Harvester Wheatsheaf.

Buzan, Barry; Wæver, Ole (2003) *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.

Buzan, Barry; Wæver, Ole; de Wilde, Jaap (1998) *Security: A New Framework for Analysis*. Londres: Lynne Rienner Publishers.

Cepik, Marco (2001) "Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas" *Security and Defence Studies Review*. 1.

Chávez, Hugo; Morales, Evo; Ortega, Daniel; Lage, Carlos (2009) "V Cumbre del Alba – Proyecto Grannacional", <http://www.alternativabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1802> [25 de Maio de 2009].

CIA: Central Intelligence Agency (2009) "The World Factbook - Panama", <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pm.html> [4 de Junho de 2009]

Critical Approaches to Security in Europe Collective (CASE) (2006) "Critical Approaches to Security in Europe: a Networked Manifesto" *Security Dialogue*. 37(4), 443-487.

De La Barra, Ximena (2006) "Who Owes and Who Pays? The Accumulated Debt of Neoliberalism" *Critical Sociology*. 32(1), 125-161.

Dello Buono, Richard; Lara, José Bell (2006) "Introduction: Neoliberal Crises and the Resurgent Left in Latin America" *Critical Sociology*. 32(1), 9-15.

Dillon, Michael (2008) "Underwriting Security" *Security Dialogue*. 39(2-3), 309-332.

Dillon, Michael; Reid, Julian (2001) "Global Liberal Governance: Biopolitics, Security and War" *Millenium – Journal of International Studies*. 30(1), 41-66.

Duffield, Mark; Waddell, Nicholas (2004) "Human Security and Global Danger: Exploring a Governmental Assemblage" Relatório para *ESRC's New Security Challenges Programme*. 1-40.

Eadie, Pauline (2007) "Poverty, Security and the Janus-Faced State" *British Journal of Politics & International Relations*. 9(4), 636-653.

España, Luis Pedro (2008) "The Social Policy of the Bolivarian Revolution - Mission Tricks" *ReVista – Harvard Review of Latin America*. 48-50.

Fernandes, Sujatha (2008) "Social Policy in Chávez's Venezuela - A Radical Alternative or More of the Same?" *ReVista – Harvard Review of Latin America*. 40-42.

Figuroa, Víctor (2006) "The Bolivarian Government of Hugo Chávez: Democratic Alternative for Latin America?" *Critical Sociology*. 32(1), 187-211.

Fonseca, Carlos da (2008) "O Governo George W. Bush e o Relacionamento EUA-América Latina" *Relações Internacionais*. 19, 147-158.

Fonseca, Sandra; Vlach, Vânia (2003) "Uma introdução à Geopolítica Clássica: de Ratzel a Haushofer" *II Simpósio Regional de Geografia "Perspectivas para o Cerrado no Século XXI"*: Universidade Federal de Uberlândia, www.ig.ufu.br/2srg/4/4-81.pdf [12/11/2008].

Foran, John (2008) "A Comparative Analysis of Chavismo to Zapatismo: Between Revolutionary 'Common Sense' and 'The Limits of the Possible' for radical Social Change". Artigo apresentado na Conferência Anual da Associação de Estudos Internacionais, Março 24-29, 2008, São Francisco, Califórnia.

Fórum de São Paulo (1990) "Declaração de São Paulo" I Encontro: Declaração Final – São Paulo (Brasil) – 1990,

http://www.midiasemmascara.com.br/attachments/007_atas_foro_sao_paulo.pdf [29 de Janeiro de 2009].

Gelfenstein, Sergio (2009) "Nuestra America: idea martiana que consuma el proyecto de Bolívar" *Emancipación – Socialismo del siglo XXI*, <http://www.emancipacion.org/modules.php?name=News&file=article&sid=2338> [03/07/2009].

Giles, Paul (2004) "The Parallel Worlds of José Martí" *Radical History Review*. 89, 185-190.

Giménez, Marilit J. G. (2008) "Las Teorías Económicas y sus fracasos en los procesos de integración en América Latina. ¿Sólo una limitación teórica?" *Politica Internacional*.

Gobierno Bolivariano de Venezuela (2007) "Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de La Nación 2007-2013", http://www.gobiernoenlinea.ve/noticias-view/shareFile/lineas_generales_de_la_nacion.pdf [11 de Junho de 2008].

Harris, Lauren (2007) "Latin America: 'Building an Alternative to Free Trade'" *STWR*, <http://www.stwr.org/latin-america-caribbean/latin-america-building-an-alternative-to-free-trade.html> [21 de Julho de 2009].

Harris, Richard (2003) "Popular resistance to globalization and neoliberalism in Latin America" *Journal of Developing Societies*. 19 (2-3), 365-426.

Harris, Richard (2005) "Resistance and Alternatives to Washington's Agenda for the Americas: The Prospects for Regional versus Hemispheric Integration" *Journal of Developing Societies*. 21(3-4), 403-428.

Harrison, (1890a) *Reciprocity treaties with Latin America – Message of the President of the United States and Letter of the Secretary of State submitting the recommendations of the International American Conference*. Washington: Government Printing Office,
<http://www.archive.org/stream/reciprocitytreat00unitrich#page/n22/mode/1up>
[6 de Julho de 2009].

Harrison, Benjamin (1890b) *International American Conference – Reports and Recommendations, together with the messages of the President and the letters of the Secretary of State transmitting the same to the Congress*. Washington: Government Printing Office,
<http://www.archive.org/stream/reportsandrecom00confgoog#page/n13/mode/1up> [6 de Julho de 2009].

Harvey, David (2005) *A Brief History of Neoliberalism*. EUA: Oxford University Press.

Helleiner, Eric (2005) "The Strange Story of Bush and the Argentine Debt Crisis" *Third World Quarterly*. 26(6), 951-969.

Hibben, Mark (2008) "Transformative Politics or Transformismo? Latin America's Populist Challenge to Neoliberal Supremacy". Artigo apresentado na

Conferência Anual da Associação de Estudos Internacionais, Março 24-29, 2008, São Francisco, Califórnia.

Holland, Stuart (1976) *Capital versus the Regions*. Londres: The Macmillan Press.

Huish, Robert; Spiegel, Jerry (2008) "Integrating Health and Human Security in Foreign Policy: Cuba's surprising success" *The International Journal of Cuban Studies*. 1(1), 1-13.

IX Conferência Internacional de Estados Americanos (1948) "Charter of the Organization of American States". Yale: Lillian Goldman Law Library, http://avalon.law.yale.edu/20th_century/decad062.asp [17 de Janeiro de 2009].

Jentleson, Bruce (2006) "Coercive Diplomacy: Scopes and Limits in the Contemporary World" *Policy Analysis Brief*. 1-12.

Jorrín, Miguel; Martz, John (1970) *Latin-American Political Thought and Ideology*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

Kagan, Robert (2006) *Dangerous Nation*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.

Kavalski, Emilian (2004) "Regions and Powers: The Structure of International Security" *In-Spire*.

Kerr, Pauline (2007) "Human Security" in Collins, Allan (ed.) *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, 91-108.

Kunz, Josef L. (1953) "The Idea of "Collective Security" in Pan-American Developments" *Political Research Quarterly*. 6, 658.

Lander, Edgardo; Navarrete, Pablo (2008) *The Economic Policy of the Latin American left in government: Venezuela*. Amesterdão: Transnational Institute.

Lebowitz, Michael (2006) "Going Beyond Survival: Making the Social Economy a Real Alternative" *The Bullet*. 31, <http://www.socialistproject.ca/bullet/bullet031.html> [27 de Novembro de 2007].

Ledezma, Enrique (2002) "Bolivarismo Y Monroismo, Dos términos equívocos y una historia sesgada" *VI Congreso Centroamericano de Historia*: Universidad de Panama.

Linowitz, Sol et al. (1975) *The Americas in a Changing World: A Report of the Commission on United States-Latin American Relations*. Nova Iorque: Quadrangle.

Linowitz, Sol et al. (1976) *The United States and Latin American Relations – Next Steps*. Nova Iorque: Center for InterAmerican Relations.

Lozano, Miriela (2008) "Los pueblos hablan de integración" *Diario Granma*. 294, <http://www.granma.cubaweb.cu/2008/10/21/interna/artic03.html> [21 de Julho de 2009].

Mahan, Alfred T. (2005) *The Interest of America in Sea Power, Present and Future* eBook, <http://www.gutenberg.org/files/15749/15749-h/15749-h.htm> [11/09/2008].

Mahan, Alfred T. (2007) *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783* eBook, <http://www.gutenberg.org/files/13529/13529-h/13529-h.htm> [11/09/2008].

Maingot, Anthony (1989) "Caribbean International Relations" in Knight, Franklin; Palmer Colin (eds.) *The Modern Caribbean*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 259-292.

Malamud, Andrés (2003) "Presidentialism and Mercosur: A Hidden Cause for a Successful Experience" in Laursen, Finn (ed.) *Comparative Regional Integration: Theoretical Perspectives*. Londres: Ashgate, 53-73.

Manwaring, Max (2007) *Latin America's new security reality: irregular asymmetric conflict and Hugo Chavez*. Carlisle: Strategic Studies Institute of the United States Army War College.

Martí, José (1971) *Paginas Escogidas*. Havana: Ediciones Políticas.

McKinley, William (1897) "The Alternatives in Cuba" *Papers Relating to Foreign Affairs*. 7-34.

Melissen, Jan (2004) "Summit Diplomacy Coming of Age" in Jönsson, Christer; Langhorne, Richard (eds.) *Diplomacy*. Londres: Sage, 185-202.

Mézsáros, István (2002) *Beyond Capital*. São Paulo: Boitempo.

Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores de la República Bolivariana de Venezuela - Viceministerio para América Latina y el Caribe (2007) "Construyendo el ALBA: Alternativa Bolivariana para América Latina y el

Caribe – Impulsando la integración de los pueblos de Nuestra América” *Centro de Digital Información e Conocimiento del Sistema Económico Latinoamericano e del Caribe*. 1-26, http://www.sela.org/cgi-win/be_alex.exe?Acceso=T023600002534/0&Nombrebd=selacentro&Destacar=regional [23 de Julho de 2009].

Molina, José Enrique (2003) “Isquierda y Estabilidad de la Democracia en América Latina: La Ideología de la Revolución Bolivariana y su Repercusión sobre el Proceso Político en Venezuela y América Latina” *América Latina Hoy*. 35, 169-198.

Monroe, James (1823) “President Monroe's seventh annual message to the Congress”. 2 de Dezembro de 1823, <http://usinfo.state.gov/infousa/government/forpolicy/monroe.html> [15 de Novembro de 2008].

Mutimer, David (2007) “Critical Security Studies: A Schismatic History” in Collins, Allan (ed.) *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, 53-74.

Nakatani, Paulo; Herrera, Rémy (2008) “Structural Changes and Planning of the Economy in Revolutionary Venezuela” *Review of Radical Political Economics*. 40(3), 292-299.

Narich, Richard (2003) “Traditional and Non-traditional security issues in Latin America: Evolution and Recent Developments” *Occasional Paper Series*. 42.

Nef, Jorge (1999) *Human Security and Mutual Vulnerability - The Global Political Economy of Development and Underdevelopment*. Ottawa: International Development Research Centre.

Nef, Jorge (2003) "Socioeconomic and Political Factors of Health Security and Insecurity in Latin America and the Caribbean" *Journal of Developing Societies*. 19(2-3), 172-226.

Paris, Roland (2001) "Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?" *International Security*. 26(2), 87-102.

Parker, Dick (2005) "Chavez and the Search for an Alternative to Neoliberalism" *Latin American Perspectives*. 32(2), 39-50.

Pellistrandi, Benoît (2000) *As Relações Internacionais de 1800 a 1871*. Lisboa: Edições 70.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1994) *Human Development Report 1994: New Dimensions of Human Security*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Regalado, Roberto (2006) *América Latina Entre Siglos*. Havana: Ocean Press.

Reinton, Olav (1967) "International Structure and International Integration: The Case of Latin America" *Journal of Peace Research*. 4, 334.

Reuters (2009) "FACTBOX: Reaction to coup in Honduras", <http://www.reuters.com/article/vcCandidateFeed1/idUSTRE55R20H20090628> [29 de Junho de 2008].

Riding, Alan (1989) "The Debt Crisis Sets Off a Latin Time Bomb" *The New York Times*, <http://www.nytimes.com/1989/03/05/weekinreview/the-world-the-debt-crisis-sets-off-a-latin-time-bomb.html> [25 de Janeiro de 2009].

Rockefeller, Nelson (1969) *The Rockefeller Report on the Americas: The Official Report of a United States Presidential Mission for the Western Hemisphere*. Chicago: Quadrangle.

Roe, Paul (2006) "Reconstructing Identities or Managing Minorities? Desecuritizing Minority Rights: A Response to Jutila" *Security Dialogue*. 37(3), 425-438.

S. A. (1947a) "National Security Act of 1947", http://www.intelligence.gov/0-natsecact_1947.shtml [21 de Janeiro de 2009].

S. A. (1947b) "Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance". Washington D. C.: Department of International Law of the Organization of American States, <http://www.oas.org/juridico/english/Treaties/b-29.html> [17 de Janeiro de 2009].

Salazar, Luis (2007) "The New Pan-American Order: The Crisis and Reconstitution of the U.S. System of Global Domination" *Latin American Perspectives*. 34(1), 102-111.

Schuker, Stephen (2003) "Round Up the Usual Suspects: The Latest Latin American Debt Crisis" *Orbis*. 47(3), 541-559.

Serbin, Andrés (2007) "Entre UNASUR e ALBA: ¿otra integración [ciudadana] es posible?" *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*. 6, 9-33.

Sorj, Bernardo (2005) "Security, Human Security and Latin America" *SUR - International Journal on Human Rights*. 3(22).

Sousa Santos, Boaventura (2007) "Socialismo Século XXI" *Folha de São Paulo*, <http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/182.php> [13 de Maio de 2008].

Stiglitz, J. (2003) "Whiter Reform? Towards a New Agenda for Latin America" *CEPAL Review*. 80, 7-38.

Suggett, James (2009a) "ALBA Bloc Grows by Three New Member Countries at Summit" *Venezuelanalysis.com*, <http://www.venezuelanalysis.com/news/4547> [27 de Junho de 2009].

Suggett, James (2009b) "Venezuela, ALBA, and OAS Back Honduran President Against Potential Coup" *Venezuelanalysis.com*, <http://www.venezuelanalysis.com/news/4550> [27 de Junho de 2009].

Tolochko, Mike (2009) "UN General Assembly Calls for New World Economic and Financial Order" *Political Affairs Magazine Editors Blog*, <http://paeditorsblog.blogspot.com/2009/06/un-general-assembly-calls-for-new-world.html> [29 de Junho de 2009].

Torrealba, Alfredo (2007) "Socialismo de lo pequeño, constitución y seguridad humana" *Rebelión*,

<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=32264&titular=socialismo-de-lo-peque%F1o-constituci%F3n-y-seguridad-humana-> [25 de Outubro de 2008].

Tulchin, Joseph (1995) "The Promise of Progress: U. S. Relations with Latin America During the Administration of Lyndon B. Johnson" in Cohen, Warren; Tucker, Nancy (eds.) *Lyndon Johnson Confronts the World*. Cambridge: Cambridge University Press, 211-216.

Vadell, Javier (2007) "Regional Dynamics in South America: The Decline of Neoliberalism and National Responses" In: Making Sense of a Pluralist World: Sixth Pan-European Conference on International Relations, 2007, Turim. sgir.org - conference2007.

Vilaboy, Sergio; Gallardo, Alejo (2009) "Primeros proyectos e intentos de unidad hispanoamericana" *Cuadernos para la Emancipación*. 35, 4-10.

Wæver, Ole (1995) "Securitization and desecuritization" in Lipschutz, Ronny D. (ed.) *On Security*. Nova Iorque: Columbia University Press, 46-86.

Weisbrot, Mark (2008) "Poverty Reduction in Venezuela - A Reality-Based View" *ReVista – Harvard Review of Latin America*. 36-39.

Williams, Appleman (1980) *Empire as a Way of Life; An Essay on the Causes and Character of America's Present Predicament along with a Few Thoughts about an Alternative*. New York: Oxford University Press.

Wyn Jones, Richard (1999) *Security, Strategy, and Critical Theory*. Lynne Rienner Publishers.

X Conferência Internacional de Estados Americanos (1954) "Caracas Declaration of Solidarity". Yale: Lillian Goldman Law Library, http://avalon.law.yale.edu/20th_century/intam10.asp [17 de Janeiro de 2009].

Anexos

Anexo 1

RIKS data export:

Ano:	Organização:					
	CAN IRTS%	CARICOM IRTS%	MERCOSUL IRTS%	ALCA IRTS%	NAFTA IRTS%	OAS IRTS%
1999	7,82	11,97	18,27	52,22	46,36	52,22
2000	8,44	11,82	18,64	52,6	46,49	52,6
2001	9,31	11,97	16,73	52,32	46,11	52,33
2002	10,1	11,83	13,01	51,54	45,65	51,55
2003	10,81	13,32	13,59	50,46	44,65	50,5
2004	9,98	10,75	13,84	49,93	43,62	49,98
2005	10,54	14,81	14,06	49,68	42,93	49,73
2006	9,84	11,82	14,81	48,8	41,89	48,77
	IRTII	IRTII	IRTII	IRTII	IRTII	IRTII
1999	19,59	63,97	10,70	2,08	2,08	2,08
2000	21,52	62,53	10,86	2,05	2,03	2,04
2001	22,15	58,33	9,66	2,07	2,07	2,07
2002	23,97	72,77	8,91	2,16	2,14	2,15
2003	27,71	84,95	9,69	2,30	2,29	2,30
2004	24,39	71,67	8,81	2,36	2,35	2,36
2005	23,17	87,01	8,19	2,34	2,35	2,34
2006	19,66	61,27	8,27	2,32	2,33	2,31

based on UN COMTRADE data

Legenda: CAN: Comunidade Andina de Nações
CARICOM: Comunidade das Caraíbas
MERCOSUL: Mercado Comum do cone Sul
ALCA: Área de Livre Comércio das Américas
NAFTA: North-America Free Trade Agreement
OAS: Organização de Estados Americanos
Intra-Regional Trade Intensity Index: RTII
Intra-Regional Trade Share %: IRTS%

Fonte: Regional Integration Knowledge System – Garnet,
www.cris.unu.edu/riks/ [25 de Julho de 2009].

Anexo 2

Human Development Report 2007/2008									
Human development index		MONITORING HUMAN DEVELOPMENT: ENLARGING PEOPLE'S CHOICES . . .							
HDI Rank		Population using improved sanitation (%)		Population using an improved water source (%)		Population undernourished (% of total population)		Life expectancy at birth, quinquennial estimates (years)	
		1990	2004	1990	2004	1990-92a	2002-04a	1970-75b	2000-05b
High Human Development									
51	Cuba	98	98	..	91	7	<2.5	70.7	77.2
57	Antigua and Barbuda	..	95	..	91
Medium Human Development									
74	Venezuela (Bolivarian Republic of)	..	68	..	83	11	18	65.7	72.8
82	Grenada	97	96	..	95	9	7	64.6	67.7
89	Ecuador	63	89	73	94	8	6	58.8	74.2
93	Saint Vincent and the Grenadines	22	10	61.6	70.6
110	Nicaragua	45	47	70	79	30	27	55.2	70.8
115	Honduras	50	69	84	87	23	23	53.9	68.6
117	Bolivia	33	46	72	85	28	23	46.7	63.9

HDI Rank		Adult literacy rate (% aged 15 and older)		GDP per capita, annual growth rate (%)		Consumer price index, average annual change in (%)		Terms of trade (2000=100)
		1985-1995c	1995-2005d	1975-2005	1990-2005	1990-2005e	2004-05	2004-2005f,g
High Human Development								
51	Cuba	..	99.8	..	3.5
57	Antigua and Barbuda	3.7	1.5
Medium Human Development								
74	Venezuela (Bolivarian Republic of)	89.8	93.0	- 1.0	- 1.0	37.6	16.0	108
82	Grenada	3.4	2.5	2.0
89	Ecuador	88.3	91.0	0.3	0.8	34.1	2.4	108
93	Saint Vincent and the Grenadines	3.2	1.6	1.8	3.7	..
110	Nicaragua	..	76.7	- 2.1	1.8	18.9	9.4	91
115	Honduras	..	80.0	0.2	0.5	15.0	8.8	90
117	Bolivia	80.0	86.7	- 0.2	1.3	6.3	5.4	108

HDI Rank	Debt service, total (% of GDP)		Debt service, total (% of exports of goods, services and net income from abroad)		Forest area, average annual change (%) 1990-2005	CO2 emissions, average annual change in (%) 1990-2004	
	1990	2005	1990	2005			
High Human Development							
51	Cuba	2.1	- 1.4
57	Antigua and Barbuda	2.7
Medium Human Development							
74	Venezuela (Bolivarian Republic of)	10.6	4.0	23.3	9.1	- 0.6	3.4
82	Grenada	1.5	2.6	3.1	7.1	..	5.6
89	Ecuador	10.5	11.4	32.5	30.6	- 1.4	5.4
93	Saint Vincent and the Grenadines	2.2	5.5	2.9	11.2	1.5	10.4
110	Nicaragua	1.6	3.5	3.9	6.9	- 1.4	3.7
115	Honduras	12.8	4.6	35.3	7.2	- 2.5	13.8
117	Bolivia	7.9	5.7	38.6	14.8	- 0.4	1.9

Data are not strictly comparable across countries as they were compiled using different sources. As a result data may differ from the standard definitions of unemployment and the informal sector.

Notes:

a.Data refer to the average for the years specified.

b.Data are estimates for the period specified.

- c.Data refer to national literacy estimates from censuses or surveys conducted between 1985 and 1994, unless otherwise specified. Due to differences in methodology and timeliness of underlying data, comparisons across countries and over time should be made with caution. For more details, see <http://www.uis.unesco.org/>.
- d.Data refer to national literacy estimates from censuses or surveys conducted between 1995 and 2005, unless otherwise specified. Due to differences in methodology and timeliness of underlying data, comparisons across countries and over time should be made with caution. For more details, see <http://www.uis.unesco.org/>.
- e.GDP values expressed in 2005 constant prices.
- f.The ratio of the export price index to the import price index measured relative to the base year 2000. A value of more than 100 means that the price of exports has risen relative to the price of imports.
- g.Data refer to the most recent year available during the period specified, unless otherwise noted.
- h.Data refer to the most recent year during the period specified.
- i.Data refer to a period shorter than that specified.

Source:

- column 1:UN (United Nations). 2006a. Millennium Development Goals Indicators Database. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. New York. [<http://mdgs.un.org/>]. Accessed May 2007, based on a joint effort by UNICEF and WHO.
- column 2:UN (United Nations). 2006a. Millennium Development Goals Indicators Database. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. New York. [<http://mdgs.un.org/>]. Accessed May 2007, based on a joint effort by UNICEF and WHO.
- column 3:UN (United Nations). 2006a. Millennium Development Goals Indicators Database. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. New York. [<http://mdgs.un.org/>]. Accessed May 2007, based on a joint effort by UNICEF and WHO.
- column 4:UN (United Nations). 2006a. Millennium Development Goals Indicators Database. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. New York. [<http://mdgs.un.org/>]. Accessed May 2007, based on a joint effort by UNICEF and WHO.
- column 5:FAO (Food and Agriculture Organization). 2007a. FAOSTAT Database. [<http://faostat.fao.org/>]. Accessed May 2007.
- column 6:FAO (Food and Agriculture Organization). 2007a. FAOSTAT Database. [<http://faostat.fao.org/>]. Accessed May 2007.
- column 7:UN (United Nations). 2007e. World Population Prospects 1950-2050: The 2006 Revision. Database. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York. Accessed July 2007.
- column 8:UN (United Nations). 2007e. World Population Prospects 1950-2050: The 2006 Revision. Database. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York. Accessed July 2007.
- column 9:UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) Institute for Statistics. 2007a. Correspondence on adult and youth literacy rates. May. Montreal.
- column 10:UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) Institute for Statistics. 2007a. Correspondence on adult and youth literacy rates. May. Montreal.
- column 11:World Bank. 2007b. World Development Indicators 2007. CD-ROM. Washington, D.C.; aggregates calculated for HDRO by the World Bank.
- column 12:World Bank. 2007b. World Development Indicators 2007. CD-ROM. Washington, D.C.; aggregates calculated for HDRO by the World Bank.
- column 13:calculated based on data on the consumer price index from World Bank. 2007b. World Development Indicators 2007. CD-ROM. Washington, D.C.
- column 14:calculated based on data on the consumer price index from World Bank. 2007b. World Development Indicators 2007. CD-ROM. Washington, D.C.
- column 15:World Bank. 2007b. World Development Indicators 2007. CD-ROM. Washington, D.C.
- column 16:calculated on the basis of data on debt service and GDP data from World Bank. 2007b. World Development Indicators 2007. CD-ROM. Washington, D.C.
- column 17:calculated on the basis of data on debt service and GDP data from World Bank. 2007b. World Development Indicators 2007. CD-ROM. Washington, D.C.
- column 18:World Bank. 2007b. World Development Indicators 2007. CD-ROM. Washington, D.C.
- column 19:World Bank. 2007b. World Development Indicators 2007. CD-ROM. Washington, D.C.

column 20:ILO (International Labour Organization). 2007b. LABORSTA Database. Accessed 22 June 2007.
column 21:ILO (International Labour Organization). 2007b. LABORSTA Database. Accessed 22 June 2007.
column 22:calculated based on data from FAO (Food and Agriculture Organization). 2006. Global Forest Resources Assessment 2005. Rome.
column 23:calculated on the basis of data in columns 1 and 2.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, <http://hdrstats.undp.org/buildtables/> [22 de Julho de 2009].